

RESULTADO 4T20 e 2020



Rio de Janeiro, 3 de março de 2021

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa” ou “Companhia”; B3: TAEE11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, anuncia hoje seus resultados do quarto trimestre e do ano de 2020.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), definidas neste documento como Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente. A apresentação dessas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A Companhia passou a adotar, a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes, com base no método retrospectivo modificado, explicado na seção 4.4 deste documento.

A partir do 2T20, a Companhia revisou e alterou as nomenclaturas de receitas e custo relacionados à construção das infraestruturas de transmissão, onde (i) a “Receita de construção” passou a ser “Receita de implementação de infraestrutura”, (ii) a “Margem de construção” passou a ser “Margem na implementação de infraestrutura” e (iii) o “Custo de construção” passou a ser “Custo de implementação de infraestrutura”.

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM, através do Ofício Circular nº 04/2020 de 1º de dezembro de 2020, forneceu orientação quanto a aspectos relevantes do CPC 47 e do CPC 48 (equivalentes às IFRS 15 e IFRS 9, respectivamente) para as companhias transmissoras de energia elétrica de capital aberto.

A Companhia adequou suas práticas contábeis em relação aos seus ativos de contrato, revisando suas estimativas e julgamentos sobre as margens e taxas de remuneração dos projetos (taxas implícitas), visto que no modelo anterior utilizava-se as WACC ANEEL. Com isso, a Companhia identificou os seguintes impactos, líquidos de impostos: (i) R\$ 124,9 para o exercício de 2020, registrados no resultado do exercício; e (ii) R\$ 63.5 MM para exercícios anteriores registrados no Patrimônio Líquido.

Com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, a Companhia procedeu a reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 e saldos de abertura, com os ajustes e reclassificações ao longo do documento.

No Resultado Regulatório a seguir apresentado, preparado com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 (IFRS 15) são eliminados, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação dessa interpretação. É importante mencionar que o Resultado Regulatório não é auditado.

Para facilitar o entendimento das informações apresentadas neste documento, os termos associados às palavras Regulatório(a) e IFRS seguem os mesmos princípios e estrutura definidos acima para o Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente.

Em linha com as normas contábeis, a Taesa não consolida proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas. Dessa forma, os resultados da Transirapé, Transudeste, Transleste (em conjunto, “Transmineiras”), ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e do grupo TBE são contabilizados na linha de equivalência patrimonial tanto no Resultado IFRS quanto no Regulatório.

A declaração de dividendos da Taesa é feita com base no Resultado IFRS revisado pelo auditor.

Videoconferência em Português

4 de março de 2020
quinta-feira
Brasília 11h00
Nova York 9h00

Tel.: + 55 11 3181 8565 ou
+55 11 4210-1803
Dial in: +1 412 717 9627
Senha: Taesa

Webcast: [Clique Aqui](#)

André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Erik da Costa Breyer	CFO e DRI
Cristiano Prado Grangeiro	Gerente de RI
Contato RI	investor.relations@taesa.com.br
Telefone	+55 21 2212 6060

ÍNDICE

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	5
2. RESUMO DO RESULTADO	7
3. VISÃO GERAL	9
3.1. Estrutura Societária	9
3.2. Estrutura Societária TBE	10
3.3. Estrutura Societária AIE	10
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	11
4.1. Desempenho Operacional	11
4.2. Ciclo da RAP 2020-2021	13
4.3. Queda de 50% da RAP	14
4.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)	16
4.5. Receita Líquida IFRS	19
4.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS	21
4.7. EBITDA e Margem EBITDA IFRS	22
4.8. Receita Líquida Regulatória	23
4.9. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios	24
4.10. EBITDA e Margem EBITDA Regulatório	25
4.11. Composição do EBITDA Regulatório	26
4.12. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS	27
4.13. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória	27
4.14. Resultado Financeiro Líquido	28
4.15. Impostos	30
4.16. Lucro Líquido	33
4.17. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	36
4.18. Endividamento	37
4.19. Investimentos	39
4.20. Projeções de Investimentos (Capex)	39
4.21. Projetos em Construção	41
4.22. Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ASG)	44
4.23. Iniciativas para Mitigar os Impactos da COVID-19	45
5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	46
5.1. Receita IFRS por Concessão	46
5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)	47
5.3. DRE 4T20	48
5.4. DRE 2020	49
5.5. DRE IFRS 4T20 (Subsidiárias)	50
5.6. DRE IFRS 2020 (Subsidiárias)	51
5.7. DRE Regulatório 4T20 (Subsidiárias)	52
5.8. DRE Regulatório 2020 (Subsidiárias)	53
5.9. Reconciliação do EBITDA	54
5.10. Balanço Patrimonial	55
5.11. Fluxo de Caixa IFRS	56
5.12. Fluxo de Caixa Regulatório	57

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

SÓLIDO RESULTADO COM CONTRIBUIÇÃO DAS AQUISIÇÕES E CONCLUSÃO DE EMPREENDIMENTOS

O último ano trouxe grandes desafios para a economia global e toda a população mundial com o surgimento e a rápida evolução da pandemia da COVID-19. A Taesa, sempre comprometida com a saúde e segurança de seus colaboradores e do Sistema Interligado Nacional, buscou rapidamente se informar e tomar as medidas necessárias. Desde fevereiro de 2020 a Companhia vem adotando e intensificando as medidas de proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo – as pessoas – e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Por meio dessas medidas, a Companhia vem buscando, também, resguardar seus demais ativos de transmissão, garantindo assim a continuidade das suas operações. Entre as medidas estão a utilização de tecnologia e conhecimento médico-científico para monitorar sintomas e manter nossos times em segurança, a adoção do home-office pelas equipes administrativas que completou um ano agora em março, e um plano de operação e manutenção que tem tido sucesso em garantir a disponibilidade de nossos ativos ao SIN.

Outra importante frente em 2020 foi com relação à Sustentabilidade. A Companhia reforçou seu compromisso com o tema, que é um valor organizacional, e seguiu implementando diversas ações com o objetivo de fortalecer sua comunicação e garantir a evolução dos temas Ambiental, Social e Governança (conhecido por ASG) dentro e fora da Taesa. Entre as ações estão: (i) o levantamento do inventário de emissões de gases do efeito estufa (GEE) conforme metodologia GHG Protocol, (ii) as metas de redução no consumo de combustíveis fósseis na frota, (iii) a inserção de cláusulas ambientais e sociais em contratos com fornecedores; (iv) elaboração do relatório socioambiental com base nas práticas do Global Reporting Initiative; (v) lançamento do programa de diversidade; (vi) a certificação e a premiação Great Place to Work; (vii) a adesão ao Pacto Global da ONU firmando o compromisso com a Agenda 2030 referente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; (viii) e a divulgação do painel de indicadores ASG disponível no site de RI; entre outros.

Apesar das adversidades trazidas pela crise, a Companhia apresentou um sólido resultado em 2020 reforçando o compromisso com seus pilares estratégicos de crescimento sustentável e disciplina financeira. No primeiro semestre de 2020, concluímos as aquisições de São João Transmissora S.A, São Pedro Transmissora S.A. e Lagoa Nova Transmissora S.A. e energizamos os empreendimentos em construção EDTE e Mariana. Esses eventos associados aos projetos concluídos ao final de 2019 (Miracema e reforços de Novatrans), que em conjunto totalizam R\$ 259,1 MM de RAP (ciclo 2020-2021), foram responsáveis pela retomada do crescimento do resultado operacional, após dois anos (2018 e 2019) de redução da receita em função das quedas contratuais da RAP das concessões da categoria 2. Assim, a receita operacional líquida regulatória da Companhia apresentou um crescimento de 9,4% na comparação com 2019, totalizando R\$ 1.525 MM, e o EBITDA regulatório registrou um aumento anual de 8,3%, somando R\$ 1.249 MM em 2020 e uma margem de 81,9% (contra 82,7% em 2019).

No campo operacional, a Taesa manteve seu patamar de excelência operacional apresentando em 2020 um índice de disponibilidade das linhas de transmissão de 99,88% e Parcela Variável de R\$ 23,1 MM, o equivalente a 1,3% da RAP, já considerando a Parcela Variável dos ativos operacionais que foram internalizados no ano que passou. Esse sólido desempenho demonstra a capacidade de adaptação e rápida reação da Companhia em meio a um cenário bastante adverso e nunca antes visto.

Adicionalmente, as obras dos 6 empreendimentos em construção continuam em andamento mesmo com o prolongamento da pandemia. A Companhia vem trabalhando com foco na execução e envidando os melhores esforços para cumprir com o cronograma dos projetos, buscando eficiência de capex e antecipação

da entrega, com o intuito de potencializar ainda mais seus retornos. Vale destacar que em 2020 a Taesa realizou investimentos no total de R\$ 1.535 MM nestes projetos, um incremento de mais de 110% na comparação com os investimentos realizados em 2019 e representando quase 60% do investimento total realizado nos projetos de 2014 até o momento. Cabe destacar ainda que há boas expectativas de entregar alguns projetos já em 2021, antes do prazo-limite da ANEEL.

Com isso, a Taesa encerrou 2020 com uma posição de caixa de R\$ 905,6 MM e uma dívida líquida de R\$ 5.206 MM. A relação da dívida líquida / EBITDA ponderado ficou em 3,8x ao final do ano (versus 3,4x ao fim de setembro de 2020).

Em termos de resultado IFRS, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 829,0 MM no 4T20 e de R\$ 2.263 MM no ano de 2020, 194,7% e 104,6% maiores que os mesmos períodos de 2019, devido aos maiores índices macroeconômicos registrados nos períodos comparados, com maior efeito do IGP-M que registrou 11,24% no acumulado do trimestre, aos maiores investimentos nos empreendimentos em construção, às aquisições recentes e à entrada em operação de novos ativos.

Com base nesse resultado, o Conselho de Administração aprovou hoje a proposta de destinação do lucro de 2020, que inclui a distribuição de dividendos adicionais de R\$ 561,9 MM (R\$ 1,63 / Unit) e que ainda deverá ser submetida à deliberação da Assembleia de Acionistas. Sendo aprovado, o dividend payout será de 71,0% do lucro líquido – e de 98,5% excluindo os efeitos do CPC 47 – e uma distribuição total de R\$ 4,66 / Unit referente ao resultado de 2020, equivalendo a um dividend yield de cerca de 15% aos preços da Unit da Taesa hoje.

Vale lembrar que, em 16 de novembro de 2020, tomaram posse os novos diretores eleitos pelo Conselho de Administração em outubro, o Sr. André Augusto Telles Moreira – Diretor Presidente, o Sr. Erik da Costa Breyer – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e o Sr. Fábio Antunes Fernandes – Diretor de Negócios e Gestão de Participações.

Continuamos monitorando a evolução da pandemia e os seus potenciais impactos no setor de energia elétrica, mais especificamente no segmento de transmissão. E estamos convictos de que temos a força necessária para vencer os desafios destes novos tempos, mantendo o nosso compromisso em transmitir energia com confiabilidade, transparência e segurança para a toda a sociedade e respeitando o meio ambiente e todos os stakeholders.

2. RESUMO DO RESULTADO

Consolidado						
R\$ MM	4T20	4T19*	Var.%	2020	2019*	Var.%
Receita Líquida IFRS	1.174,0	472,5	148,5%	3.561,3	1.840,0	93,5%
Lucro Líquido IFRS	829,0	281,3	194,7%	2.262,9	1.106,1	104,6%
Receita Líquida Reg.	382,9	339,5	12,8%	1.524,8	1.394,2	9,4%
EBITDA Reg.	302,0	258,2	17,0%	1.249,1	1.153,7	8,3%
Margem EBITDA Reg.	78,9%	76,1%	2,8 pp	81,9%	82,7%	-0,8 pp

Dívida Líquida	5.205,7	2.840,7	83,3%	5.205,7	2.840,7	83,3%
Dividendos e JCP Pagos	523,4	248,7	110,5%	1.106,2	651,3	69,8%

* Devido ao impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47, contabilizado integralmente no 4T20, a Companhia procedeu com os ajustes e reclassificações do resultado de 2019 para fins de comparabilidade com o resultado de 2020.

Consolidado e Participações						
R\$ MM	4T20	4T19	Var.%	2020	2019	Var.%
Receita Líquida Reg.	485,6	444,3	9,3%	1.956,3	1.806,6	8,3%
EBITDA Reg.	390,7	348,0	12,3%	1.626,7	1.514,6	7,4%
Margem EBITDA Reg.	80,5%	78,3%	2,1 pp	83,2%	83,8%	-0,7 pp
Dívida Líquida	6.214,1	3.296,6	88,5%	6.214,1	3.296,6	88,5%
Dívida Líquida/EBITDA	3,8	2,2	73,6%	3,8	2,2	73,6%

RESULTADO IFRS

- Lucro líquido somou R\$ 829,0 MM no 4T20 e R\$ 2.262,9 MM em 2020, maiores em 194,7% e 104,6%, respectivamente, quando comparados os mesmos períodos de 2019, devido principalmente a:
 - (i) Maiores índices macroeconômicos registrados entre os períodos comparados, principalmente o IGP-M, com reflexo na receita de correção monetária (4T20: +R\$ 458,0 MM e 2020: +R\$ 843,3 MM);
 - (ii) Consolidação dos resultados das aquisições recentes de São João, São Pedro, Lagoa Nova, da conclusão dos reforços da Novatrans e da entrada em operação das concessões de Miracema, Mariana e EDTE, adicionando aproximadamente R\$ 110 MM no lucro líquido do trimestre e R\$ 340 MM no lucro líquido do ano;
 - (iii) Maiores investimentos nos empreendimentos em construção com impacto positivo na margem de implementação de infraestrutura da Companhia (4T20: +R\$ 123,5 MM e 2020: +R\$ 192,6 MM).
 - (iv) Aumento na equivalência patrimonial resultado também dos maiores investimentos nos empreendimentos e índices macroeconômicos;
 - (v) Os efeitos acima foram compensados em parte por:
 - a. Aumento das despesas financeiras líquidas (4T20: +160,0% e 2020: +83,7%), resultado das captações realizadas em 2020, aumento do IPCA e do menor volume de caixa em função do pagamento de juros e amortizações, dividendos e maiores investimentos nos projetos em construção no período.
 - b. Maiores custos e despesas operacionais, ex-implementação, em função principalmente do início das operações das novas concessões e reajuste pela inflação.

- Lucro líquido ajustado do 2020 foi de R\$ 1.631,5 MM, ex-efeito do CPC 47 de R\$ 631,5 MM. Após a destinação das reservas legal e de incentivo fiscal, o lucro distribuível totalizou R\$ 1.606,4 MM (R\$ 4,66 / Unit e payout de 98,5% do lucro líquido ajustado e de 71,0% do lucro líquido).
 - (i) Pagamento de R\$ 1.044,4 MM (R\$ 3,03 / Unit) realizado ao longo de 2020 sendo: R\$ 811,8 MM (R\$ 2,36 / Unit) em dividendos intercalares e R\$ 232,7 MM (R\$ 0,68 / Unit) em JCP;
 - (ii) Valor remanescente de R\$ 561,9 MM (R\$ 1,63 / Unit), a ser distribuído a título de dividendos adicionais propostos foi aprovado no Conselho de Administração em 3 de março de 2021 e será submetido para aprovação da Assembleia de Acionistas.

RESULTADO REGULATÓRIO

- A receita líquida totalizou R\$ 382,9 MM no 4T20 e R\$ 1.524,8 MM no ano de 2020, registrando um crescimento de 12,8% e 9,4%, respectivamente, em relação aos mesmos períodos de 2019, explicado pela entrada em operação de Miracema, Mariana e dos reforços da Novatrans, aquisição das concessões São João, São Pedro, Lagoa Nova, consolidação do resultado da Brasnorte e pelo reajuste inflacionário do ciclo 2020-2021. Esses efeitos compensaram a queda da RAP de algumas concessões.
- Custos de PMSO somaram R\$ 80,9 MM no 4T20, registrando uma queda de 0,4% devido principalmente à alguns eventos não-recorrentes em outros custos operacionais. No ano, os custos PMSO totalizaram R\$ 257,7 MM registrando um aumento de 14,6% em função da consolidação dos novos ativos e do reajuste inflacionário.
- O EBITDA totalizou R\$ 302,0 MM no 4T20 e R\$ 1.249,1 MM em 2020, aumento de 17,0% e 8,3% respectivamente. Margem EBITDA ficou em 78,9% no 4T20 (+2,8pp vs 4T19) e em 81,9% em 2020 (-0,8pp vs 2019). Este desempenho é resultado do impacto positivo das aquisições recentes e da entrada em operação de novos ativos, que totalizou aproximadamente R\$ 40 MM no 4T20 e R\$ 165 MM em 2020.
- Aumento de 160,0% no trimestre e 83,7% no ano das despesas financeiras líquidas é resultado das captações realizadas em 2020, do aumento do IPCA e do menor volume de caixa devido ao pagamento de juros e amortizações e maiores investimentos nos projetos em construção no período.
- Lucro líquido ficou em R\$ 93,7 MM no 4T20, 36,6% menor na comparação anual. Já em 2020 fechou em R\$ 656,0 MM, 14,5% menor que o mesmo período do ano anterior.
- Em 31 de dezembro de 2020, a dívida bruta da Companhia encerrou em R\$ 6.111,3 MM, uma redução sequencial de 4,9%. O caixa da Companhia ficou em R\$ 905,6 MM (-49,7% versus 3T20), resultando em uma dívida líquida de R\$ 5.205,7 MM (+12,6% no trimestre). A relação da dívida líquida / EBITDA ponderado ficou em 3,8x (versus 3,4x no 4T20).
- Índice de disponibilidade das linhas de transmissão foi de 99,88% e uma PV de R\$ 23,1 MM (1,34% da RAP consolidada) no 2020.

3. VISÃO GERAL

3.1. Estrutura Societária

As 39 concessões/participações de transmissão detidas pela Taesa estão segregadas em: (i) 10 concessões que compõem a empresa holding (TSN, Novatrans, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE e ATE II); (ii) 10 investidas integrais (ATE III, Brasnorte, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Sant'Ana, São João, São Pedro e Lagoa Nova (nova denominação para Rialma I); e (iii) 19 participações (ETAU, Transmineiras, AIE e TBE).

Em 14 de fevereiro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações da São João Transmissora de Energia S.A. ("São João") e de São Pedro Transmissora de Energia S.A. ("São Pedro"), após o cumprimento das condições suspensivas aplicáveis à aquisição desses ativos, adicionando uma RAP de R\$ 96,4 MM (ciclo 2020/2021).

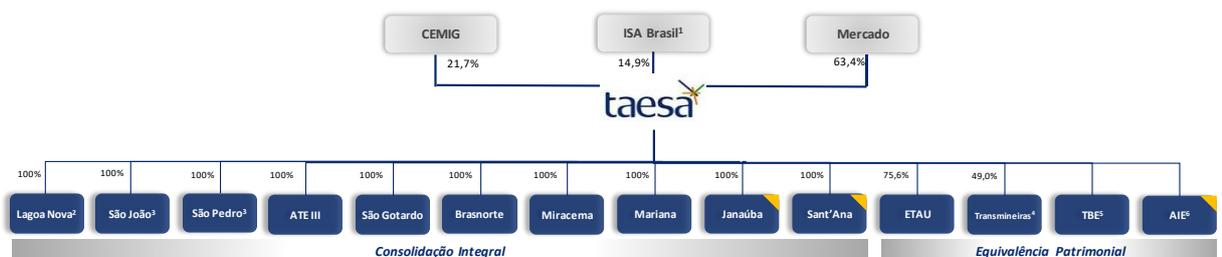
Em 13 de março de 2020, a Taesa concluiu a aquisição de 100% das ações representativas do capital total e votante da Rialma Transmissora de Energia I S.A. ("Rialma I"), após o cumprimento das condições precedentes. A Assembleia Geral Extraordinária realizada no mesmo dia, aprovou a alteração da razão social de Rialma I que passou a ser denominada Lagoa Nova Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Com relação aos empreendimentos em construção, 3 dos 9 projetos adquiridos em leilões entraram em operação ao final de 2019 e primeiro semestre de 2020. As energizações da concessão Miracema, referentes ao trecho LT 230kV Lajeado – Palmas, à nova subestação de Palmas e à adequação do trecho LT 500kV Miracema – Lajeado (circuito 1) com a subestação Lajeado foram concluídas em 29 de novembro de 2019. Antes disso, a Companhia já havia energizado o trecho LT Miracema – Lajeado (circuito 2), tensão de 500kV e 30 km de extensão, em 30 de setembro de 2019. Em 20 de janeiro de 2020, a última energização da EDTE referente ao trecho LT 230kV Poções III – Poções II (representa apenas 6% do projeto) foi concluída. Previamente, as energizações do trecho LT 500 kV Ibicoara – Poções III e da SE 500/230 kV Poções III foram concluídas em 22 de dezembro de 2019. Por último, a energização da concessão de Mariana referente a linha de transmissão de 500kV CS - Itabirito 2 - Vespasiano 2 com 82 km de extensão e duas subestações (SE 500 kV - Itabirito 2 e SE 500 kV - Vespasiano 2) foi concluída em 25 de maio de 2020.

Com isso, a Companhia concluiu a entrega dos empreendimentos Miracema, EDTE e Mariana, adicionando uma RAP de R\$ 119,6 MM (ciclo 2020-2021).

Importante destacar também que a Taesa concluiu os reforços da concessão Novatrans referentes às resoluções autorizativas REA 6306/17 e REA 6369/17, adicionando R\$ 41,4 MM de RAP (ciclo 2020-2021). Os bancos de capacitores Serra da Mesa e Gurupi Sul, referentes a REA 6306/17, foram energizados em 21 de outubro de 2019, e os bancos de capacitores Gurupi Norte e Miracema, referentes a REA 6369/17, foram energizados, respectivamente, em 28 de outubro e 18 de novembro de 2019.

Após a conclusão das operações e das entregas dos projetos e reforços em construção mencionadas acima, a estrutura societária da Companhia passou a ser a seguinte.



¹ ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

² Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica é a nova razão social de Rialma I concessão adquirida pela Taesa em 13 de março de 2020

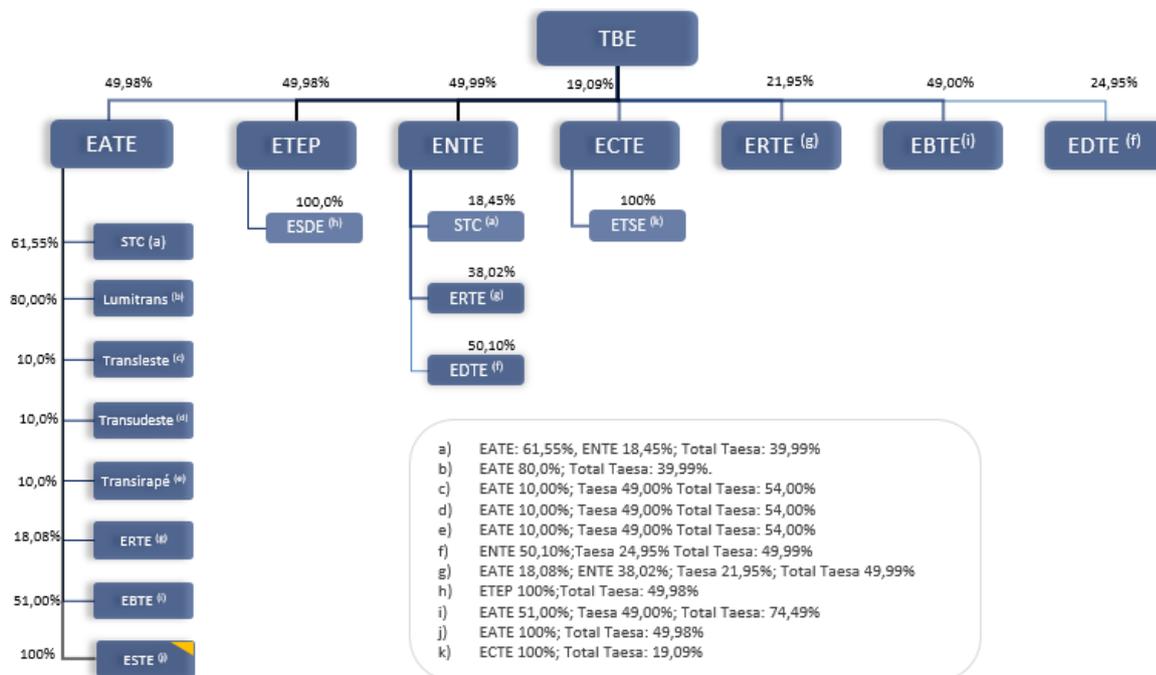
³ A aquisição da São João Transmissora de Energia S.A. e São Pedro Transmissora de Energia S.A. foi concluída em 14 de fevereiro de 2020.

⁴ Transmineiras é um conjunto de participações da Taesa em 3 concessões: Transipapé (54,0%), Transitepe (54,0%) e Transudetepe (54,0%)

⁵ TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar.

⁶ AIE - Aliança Interligação Elétrica é um grupo econômico da parceria das empresas TAESA e ISA CTEEP, atualmente responsável por implantar 3 novos empreendimentos

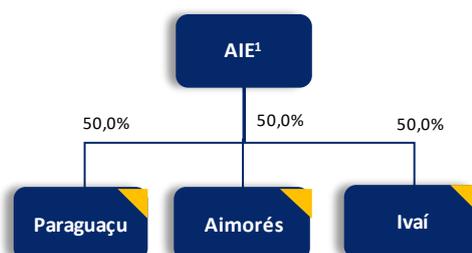
3.2. Estrutura Societária TBE



TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar.

Em construção

3.3. Estrutura Societária AIE



¹AIE é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Cteep.

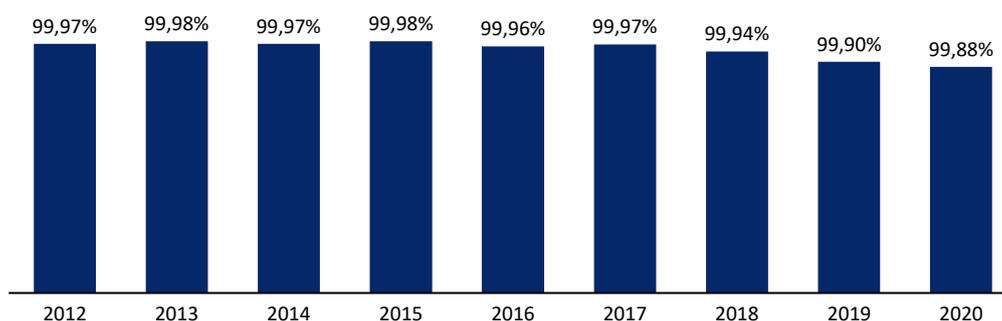
em construção

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Desempenho Operacional

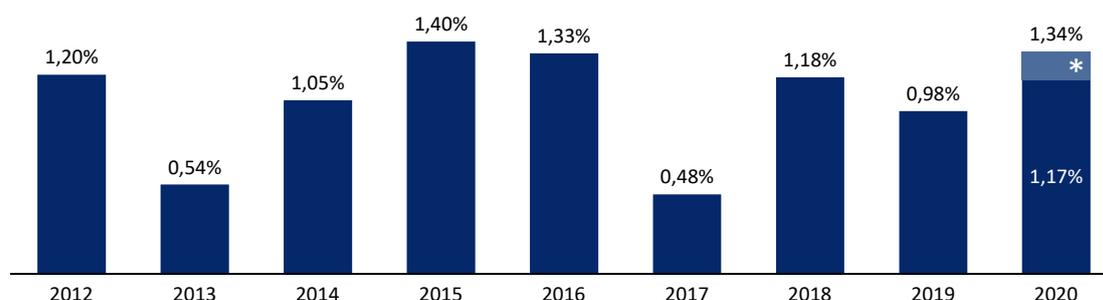
Com um alto desempenho operacional ao longo dos anos, a Taesa apresentou, no ano de 2020, um índice disponibilidade da linha de 99,88%, conforme gráfico abaixo, que apresenta o desempenho consolidado da Companhia, portanto, não considerando ETAU, Transmineiras, AIE e TBE.

O Índice de Disponibilidade da Linha é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste em: número de horas que a linha fica disponível, dividido pelo número de horas contidas em 1 ano (8.760 horas), medido por trechos de 100km.



$$\sum \frac{(\text{Extensão da linha} \times \text{horas disponíveis})/100}{(\text{Extensão da linha} \times 8.670 \text{ horas})/100} \times 100$$

O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade da linha de transmissão na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV). Devido ao comportamento instável da PV no curto prazo, a melhor maneira de entender o desempenho da Companhia é analisar o valor da PV dividido pela RAP, conforme gráfico abaixo.



* PV's referentes aos eventos ocorridos anteriores à aquisição da concessão São João que foram indenizados no âmbito da transação.

A PV acumulada no 2020 foi de R\$ 23,1 MM, uma piora de R\$ 7,9 MM em comparação ao mesmo período de 2019, resultado principalmente pelos desligamentos/provisões ocorridos em São João, Novatrans, TSN, ATE I e ETEO. Destacamos os seguintes eventos no 2020: (i) São João: dois desligamentos automáticos na LT 500 kV Gilbués II São João Piauí C1, um deles devido ao incêndio no reator 500 kV RE7-08 no terminal da SE Gilbués II em julho de 2019, o outro devido ao desligamento de urgência para tracionamento de cabos para alinhamento de cadeia de Isoladores em janeiro de 2020 (anteriores à Taesa) e queda de torres na LT 500 kV Gilbués II São João Piauí em novembro de 2020; (ii) Novatrans: ocorrência de falha do Banco de Capacitores MCCL7-02 na SE Gurupi em fevereiro de 2020, desligamento de Capacitores Série TCSC 500kV IZCL-05 devido a falha no módulo de controle em março de 2020, manutenção corretiva nas SCC de Bypass dos Bancos 9489 (GUR) e MCSL7-07 (MIR), sendo necessário o desligamento da LT para realizar ajustes provisórios em maio de 2020, e manutenção corretiva na Torre 257 da LT 500 kV Colinas/Miracema C2 em setembro de 2020, devido a dano causado por colisão de uma máquina agrícola; (iii) TSN: desenergização da LT 500 kV

Serra da Mesa II/Rio das Éguas, devido atuação de relé de gás no reator RT SDRE7-02 em abril de 2020; (iv) ETEO: falha após desligamento de LT Assis / Sumaré para controle de tensão e inserção do RTL no barramento da SE em abril de 2020; (v) ATE I: Falha no sistema de câmeras referente a chave seccionadora 4529-378 da SE Assis durante a isolação da LT 525kV Assis / Araraquara para controle de tensão em abril de 2020. Os eventos acima relacionados da concessão de São João foram indenizados no 2T20 pelos vendedores conforme acordado no contrato de compra e venda, uma vez que o fator gerador destes eventos ocorreram antes da data de fechamento da aquisição, embora a materialização da efetivação da PV tenha acontecido após o fechamento.

4.2. Ciclo da RAP 2020-2021

Em 14 de julho de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 2.275/2020 que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2020-2021, passando a valer a partir de 1.º de julho de 2020 até 30 de junho de 2021, afetando portanto o resultado da Taesa somente a partir do 3T20. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de 6,51%, e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de 1,88%.

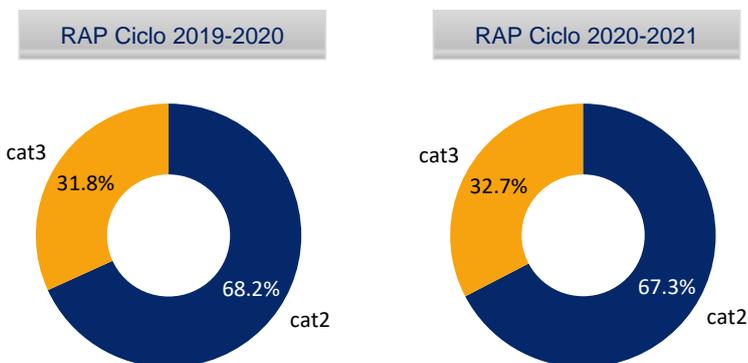
RAP (R\$ MM)	Ciclo 2018-2019	Ciclo 2019-2020	Ciclo 2020-2021
Ajuste IGP-M	4,26%	7,64%	6,51%
Novatrans ²⁸	413,5	330,9	352,5
TSN ²	279,6	301,0	325,1
Munirah	38,0	40,9	29,0
GTESA	5,8	5,5	5,9
PATESA ²	26,1	18,1	17,4
ETAU ¹²	25,2	38,5	29,9
ETEO	91,9	98,9	105,4
NTE ²	125,2	86,3	92,1
STE ²	85,3	48,6	50,6
ATE I ²	155,4	167,3	115,1
ATE II ²	240,3	258,7	275,5
EATE ¹²⁸	113,6	122,2	130,6
ETEP ¹	25,6	27,6	29,4
ENTE ¹	117,4	102,0	67,3
ECTE ¹	9,4	10,2	10,8
ERTE ¹²	26,3	19,5	15,3
Lumitrans ¹²	11,1	12,0	12,7
Transleste ¹	12,8	24,7	19,3
Transirapé ¹	10,2	20,1	22,2
Transudeste ¹	7,6	15,3	16,3
Subtotal	1.820,4	1.748,3	1.722,3
Ajuste IPCA-A	2,86%	4,66%	1,88%
ATE III ²³⁵	119,8	125,4	127,7
São Gotardo ³	5,2	5,4	5,5
Mariana ³	14,7	15,4	16,4
Miracema ³⁸	62,1	65,0	67,9
Janaúba ³⁴	185,4	194,1	197,7
Aimorés ¹³⁴	37,9	39,7	40,4
Paraguaçu ¹³⁴	56,6	59,2	60,4
Brasnorte ¹²³⁸	10,2	27,6	28,1
STC ¹²³	18,1	18,9	19,2
EBTE ¹²³	35,8	34,4	36,4
ESDE ¹³	6,7	7,0	7,2
ETSE ¹²³	3,8	4,0	4,1
ESTE ¹³⁴	53,6	56,1	57,2
Ivaí ¹³⁴	140,5	147,0	149,8
EDTE ¹³⁸	33,0	34,6	35,2
Sant'Ana ⁴	59,0	60,9	62,1
São João ⁶		47,6	49,8
São Pedro ⁶		44,9	46,5
Lagoa Nova ⁷		12,6	12,9
Subtotal	842,4	999,8	1.024,6
Total	2.662,8	2.748,1	2.746,9

Considerando as concessões controladas, investidas em conjunto e coligadas¹, a RAP total (operacional e em construção) da Taesa para o ciclo 2020-2021 é de R\$ 2.746,9 MM, sendo 49,8% no nível da *holding*. A RAP operacional da Taesa para o ciclo 2020-2021 ficou em R\$ 2.179 MM, contra R\$ 2.176 MM para o ciclo 2019-2020, considerando a conclusão do empreendimento Mariana no ciclo 2020-2021.

O reajuste da RAP para o ciclo 2020-2021 foi diferente da inflação em algumas concessões pelos seguintes motivos: (i) **Munirah, PATESA, ETAU, STE, ATE I, ENTE, ERTE e Transleste** sofreram impacto da queda de 50% da RAP, em razão da entrada no 16º ano de operação (para maiores detalhes, vide seção 4.3); (ii) **TSN e Mariana** apresentaram entrada em operação de reforços; e (iii) **NTE, ETEP, Lumitrans, Transirapé, EBTE, Brasnorte, STC, Mariana, São João e São Pedro** apresentaram efeito de revisão tarifária.

Vale destacar ainda: (i) conclusão da aquisição das participações da Eletrobras na ETAU, Brasnorte e Transmineiras no 2T19; (ii) aquisição de 11,624% de participação na Brasnorte em ago/19; (iii) energização dos empreendimentos Miracema (nov/19), EDTE (jan/20) e Mariana (mai/20); (iv) conclusão dos reforços da Novatrans referentes às resoluções autorizativas REA 6306/17 e REA 6369/17 em nov/19; (v) conclusão da aquisição de São João e São Pedro em fev/20; e (vi) conclusão da aquisição de Lagoa Nova em mar/20. Maiores detalhes na seção 3.1.

Os valores publicados de RAP das concessões ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Aimorés, Paraguaçu, Brasnorte, STC, EBTE, ESDE, ETSE, ESTE, Ivaí, EDTE, Sant'Ana, São João, São Pedro e Lagoa Nova devem ser adicionados de PIS/COFINS.



¹ Valor de RAP proporcional à participação da Taesa

² Incluindo os reforços

³ Adicionar PIS/COFINS

⁴ Em Construção

⁵ Concessão de Categoria II com ajuste pelo IPCA

⁶ Aquisição concluída em 14 de fevereiro de 2020

⁷ Aquisição concluída em 13 de março de 2020

⁸ RAP's retificadas com base no despacho ANEEL 3.219/2020 em 20/11/2020

4.3. Queda de 50% da RAP

Os contratos de concessão de transmissão licitados entre 1999 e 2006 (Categoria II) preveem a redução de 50% da RAP (Rede Básica) a partir do 16º ano de operação comercial das instalações. Dado que os contratos de concessão possuem instalações cuja parcela de RAP associada será reduzida em 50% em datas distintas ao longo do seu ciclo, foi calculada uma RAP equivalente a ser recebida pelas concessionárias ao longo do referido ciclo, e nos ciclos futuros, considerando os valores pro-rata das parcelas de RAP sem redução, desde o início do ciclo (1º de julho) até a data de fim do 15º ano de operação comercial das instalações, e os valores pro-rata das parcelas de RAP com redução de 50%, a partir da data de início do 16º ano de operação comercial das instalações até o final do mesmo ciclo (30 de junho).

Para o ciclo 2016-2017, duas concessões atingiram o 16º anos de operação¹:

- **ETEO**: 100% da RAP da ETEO entrou no 16º ano de operação em 19/10/2016.
- **ECTE³**: 67,6% da RAP da ECTE entrou no 16º ano de operação em 9/3/2017 e 28,4% entrou em 26/3/2017.

Para os ciclos 2017-2018, 2018-2019, 2019-2020 e 2020-2021, as seguintes concessões atingiram ou irão atingir o 16º ano de operação¹:

- **ETEP³**: 99,7% da RAP da ETEP entrou no 16º ano de operação em 25/8/2017.
- **EATE³**: 19,0% da RAP da EATE entrou no 16º ano de operação em 1/2/2018, 45,6% da RAP em 20/2/2018, e 33,5% da RAP em 10/3/2018.
- **TSN³**: 89,9% da RAP da TSN entrou no 16º ano de operação em 4/3/2018, 4,0% da RAP em 5/4/2018, 0,7% da RAP em 22/5/2018, e 1,3% da RAP em 3/6/2018.
- **Novatrans**: 16,3% da RAP da Novatrans entrou no 16º ano de operação em 3/6/2018, 19,4% da RAP em 8/12/2018, 19,1% da RAP em 23/12/2018, e 45,2% da RAP em 8/4/2019.
- **GTESA**: 100% da RAP da GTESA entrou no 16º ano de operação em 26/8/2018.
- **NTE**: 100% da RAP da NTE entrou no 16º ano de operação em 25/1/2019.
- **STE³**: 19,0% da RAP da STE entrou no 16º ano de operação em 27/6/2019, 36,6% da RAP em 13/7/2019, e 42,1% da RAP em 18/7/2019.
- **PATESA³**: 98,2% da RAP da PATESA entrou no 16º ano de operação em 1/9/2019.
- **ERTE³**: 71,5% da RAP da ERTE entrou no 16º ano de operação em 15/9/2019.
- **ENTE**: 100% da RAP da ENTE entrou no 16º ano de operação em 12/2/2020.
- **ETAU³**: 34,2% da RAP da ETAU entrou no 16º ano de operação em 17/4/2020 e 36,0% da RAP em 29/9/2020.
- **Munirah**: 100% da RAP da Munirah entrou no 16º ano de operação em 30/10/2020.
- **ATE I**: 54,0% da RAP da ATE I entrou no 16º ano de operação em 8/10/2020 e 46,0% da RAP em 27/10/2020.
- **Transleste**: 100% da RAP da Transleste entrou no 16º ano de operação em 18/12/2020.

Para os ciclos futuros, as seguintes concessões irão atingir o 16º ano de operação¹:

- **ATE II**: 100% da RAP da ATE II entrará no 16º ano de operação em 11/12/2021.
- **Transudeste**: 100% da RAP da Transudeste entrará no 16º ano de operação em 23/2/2022.
- **Transirapé³**: 45,1% da RAP da Transirapé entrará no 16º ano de operação em 23/5/2022 e 15,9% da RAP em 30/5/2022.
- **Lumitrans³**: 99,9% da RAP da Lumitrans entrará no 16º ano de operação em 3/10/2022.

- **STC³**: 71,9% da RAP da STC entrará no 16º ano de operação em 8/11/2022.
- **ATE III³**: 54,4% da RAP da ATE III entrará no 16º ano de operação em 27/4/2023 e 40,1% em 23/5/2023.

Notas:

1. O cronograma de redução de 50% da RAP destacado acima foi retirado da Nota Técnica nº 144-2018-SGT da ANEEL.
2. Os percentuais da RAP foram calculados com base no valor da RAP anterior à data da 1ª redução de 50%.
3. Para aquelas concessões cujos percentuais da RAP apontados acima não somam 100%, a diferença se deve a reforços/melhorias que não se enquadram nos ativos de categoria 2 sujeitos à queda de 50% da RAP no início do 16º ano de operação.

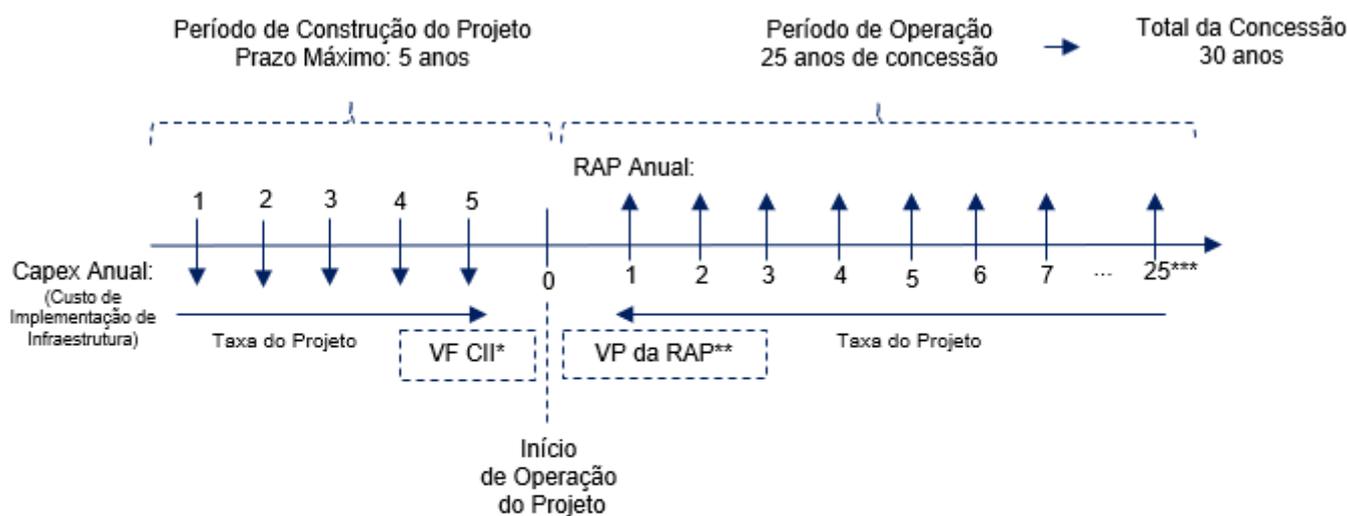
4.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)

Na contabilização em IFRS até o 3º trimestre de 2018, os investimentos eram reconhecidos como Ativo Financeiro a custo amortizado, conforme a Resolução nº 1.261 de 10/12/2009 (Conselho Federal de Contabilidade). Como consequência, a receita em IFRS refletia a movimentação do Ativo Financeiro. A partir de 1º de janeiro de 2018, passou a ser obrigatória a adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou do IFRS 15 (CPC 47), com divulgação dessa nova contabilização a partir das Demonstrações Financeiras Anuais de 2018. A Companhia optou por adotar o IFRS 15, cujos princípios se baseiam no modelo de negócio que identifica o contrato com o cliente (bens ou serviços) e suas respectivas obrigações contratuais de desempenho, definindo-se o preço de transação e reconhecimento da receita a partir da realização dessas obrigações (reconhecimento do Ativo Contratual).

A taxa considerada para o cálculo do Ativo Financeiro era a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro (TRAF) que igualava o valor presente dos investimentos com o valor presente do fluxo de recebimentos do ativo financeiro, isto é, era a taxa interna de retorno do fluxo. Para o cálculo do Ativo Contratual, a taxa adotada passa a ser a taxa de mercado à época do leilão, fixada ao longo do prazo da concessão (“Taxa do Projeto”). A Taesa optou por adotar o WACC real de leilão (ANEEL) como a Taxa do Projeto por ser uma taxa conhecida e de referência para o mercado. É importante mencionar que essa alteração na taxa acima explicada se aplica apenas às empresas que foram construídas pela Companhia ou estão em processo de construção. No caso de aquisições, *brownfield*, não houve mudança de taxa, por não ser possível retroagir à data de construção do projeto. Desse modo, entendemos que a taxa até então utilizada é a mais adequada.

Com base no exposto acima, a contabilização do ativo de transmissão passou a vigorar como Ativo Contratual e não mais como Ativo Financeiro. Portanto, o Ativo Contratual é calculado mensalmente a partir do fluxo futuro dos recebimentos trazidos a valor presente pela Taxa do Projeto.

FLUXO DE CAIXA DO PROJETO



O cálculo da **Margem de Implementação de Infraestrutura** é feito pela diferença entre o VP da RAP e o VF CII:

- (i) $VF\ CII = VP\ da\ RAP$ → Margem de Implementação = 0
- (ii) $VF\ CII > VP\ da\ RAP$ → Margem de Implementação < 0
- (iii) $VF\ CII < VP\ da\ RAP$ → Margem de Implementação > 0

* VF CII: Valor Futuro do Custo de Implementação de Infraestrutura

** VP da RAP: Valor Presente da Receita Anual Permitida (**Formação do Ativo Contratual**)

***VP dos recebíveis incluem a RAP e o saldo residual a ser indenizado

No método contábil adotado (CPC 47 - Ativo Contratual), as eficiências/ineficiências geradas no projeto em construção são contabilizadas como margem de implementação de infraestrutura. Isto é, a receita de implementação de infraestrutura passa a constituir uma margem de implementação, calculada pela diferença entre o Valor Presente da RAP e Valor Futuro do Custo de Implementação no momento da entrada em operação (vide figura acima). Portanto, se antes no Ativo Financeiro o impacto da construção no resultado era praticamente nulo durante a fase pré-operacional (receita de implementação era igual ao custo de implementação mais PIS/COFINS), agora no Ativo Contratual a margem de implementação impactará a Demonstração de Resultados do projeto. Em outras palavras, a receita de implementação passa a ser calculada, ao longo do período pré-operacional, pelo custo de implementação mais a margem de implementação, que inclui também o juros de remuneração do ativo no período, calculada pela Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo contratual.

Outra mudança importante acontece na linha de remuneração do ativo. No método do Ativo Financeiro, a receita de remuneração era calculada a partir da TRAF que incidia sobre o saldo do ativo financeiro desde o início da concessão. No método do Ativo Contratual, essa receita de remuneração é calculada com base na Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo contratual e passa a ser contabilizada somente após a entrada em operação do projeto. Durante o período de construção, os juros de remuneração fazem parte da Receita de Implementação de Infraestrutura e o cálculo é o mesmo descrito acima.

As demais linhas da receita em IFRS (O&M e Correção Monetária do Ativo) mantem exatamente o mesmo critério de contabilização do método utilizado anteriormente.

Outra mudança na adoção do CPC 47 ocorre no tratamento de adiantamento com fornecedores. Anteriormente com o Ativo Financeiro, o adiantamento era registrado diretamente no balanço patrimonial como ativo financeiro, e portanto não transitava no resultado. A partir da contabilização pelo Ativo Contratual, esse adiantamento deve necessariamente passar pelo resultado como custo de implementação de infraestrutura.

Adicionalmente, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM publicou o Ofício Circular nº 04/2020 de 1º de dezembro de 2020, com orientação quanto a aspectos relevantes do CPC 47 e do CPC 48 (equivalentes às IFRS 15 e IFRS 9, respectivamente) para as companhias transmissoras de energia elétrica de capital aberto. Assim, a Companhia adequou suas práticas contábeis em relação aos seus ativos de contrato, revisando suas estimativas e identificou os seguintes impactos, líquidos de impostos: (i) R\$ 124,9 MM para o exercício de 2020, registrados no resultado do exercício; e (ii) R\$ 63.5 MM para exercícios anteriores, registrados na conta de reserva especial no Patrimônio Líquido.

Impactos da mudança contábil do CPC-47 registrados até o momento:

Os ajustes gerados pela adoção do CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018:

- (i) Para o saldo inicial (de partida) do Ativo Contratual em 1º de janeiro de 2018, o ajuste foi lançado na conta de reserva especial do exercício de 2018 (Patrimônio Líquido), no montante de R\$113.399.544,45, referentes a exercícios anteriores.
- (ii) Para o Exercício Social de 2018, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 116.924.085,17 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal.
- (iii) Para o Exercício Social de 2019, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 291.323.518,24 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal.
- (iv) Para o Exercício Social de 2020, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 631.469.547,58 (inclusive o montante de R\$ 124.947.792,20 relacionado ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº04/2020) que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício. Além disso, o montante de R\$ 63.583.002,83 relacionado também ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 para os exercícios anteriores foi registrado na conta de reserva especial, no patrimônio líquido de 2020.

É importante ressaltar que para o ano de 2020, a reserva legal (5%) não foi constituída com base no art. 193 parágrafo 1º da Lei das S.A. que diz que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% do capital social.

Os ajustes acima mencionados somam R\$ 1.216.699.698,28, sendo R\$ 1.196.287.318,11 contabilizados como Reserva Especial e R\$ 20.412.380,17 como Reserva Legal (5%). É importante ressaltar que os efeitos relativos à adoção do CPC 47 são excluídos do lucro líquido distribuível e durante o exercício são contabilizados na conta de Lucros Acumulados, sendo destinados para as contas de Reserva Especial e Reserva Legal ao final do exercício social.

4.5. Receita Líquida IFRS

A Receita Líquida IFRS do 4T20 foi de R\$ 1.174,0 MM, 148,5% maior que o 4T19, devido ao aumento em todas as linhas da receita, em função das aquisições recentes e entrada em operação de algumas concessões, e ao crescimento da correção monetária do ativo contratual explicado pela alta do IGP-M.

A Receita Líquida IFRS do 2020 foi de R\$ 3.561,3 MM, 93,5% maior que o registrado no 2019.

A partir da adoção do CPC 47 (IFRS 15), conforme explicado na seção 4.4, a mudança no reconhecimento do ativo de transmissão produz efeito na receita de implementação de infraestrutura que passa a contabilizar uma margem de implementação de infraestrutura, passando a gerar, portanto, impacto no lucro líquido da Companhia.

Considerando o reajuste inflacionário da receita assegurado no contrato de concessão, a Taesa contabiliza mensalmente a correção monetária do ativo contratual da concessão no resultado. Dessa forma, o efeito inflacionário é diluído mês a mês considerando-se a inflação em IGP-M ou IPCA verificada no mês anterior. Os índices utilizados para a correção monetária do quarto trimestre de 2020 foram: IGP-M de 4,34%, 3,23% e 3,28% (acumulado +11,24%), e IPCA de 0,64%, 0,86% e 0,89% (acumulado +2,41%), referente aos meses de setembro, outubro e novembro de 2020, respectivamente. No quarto trimestre de 2019, o IGP-M foi de -0,01%, 0,68% e 0,30% (acumulado +0,97%), e IPCA de -0,04%, 0,10% e 0,51% (acumulado +0,57%), referente aos respectivos meses de 2019. Já no ano de 2020, o IGP-M acumulado foi de 24,52% enquanto o IPCA ficou em 4,31%. E no acumulado de 2019, o IGP-M foi apurado em 3,97% e o IPCA em 3,27% (base para a correção monetária no ano: dezembro a novembro).

Receita Operacional Líquida - IFRS (Consolidado)

	R\$ MM	4T20	4T19*	Var.%	2020	2019*	Var.%
Operação e manutenção		175,0	157,6	11,0%	676,2	607,2	11,3%
Remuneração do ativo contratual de concessão		180,8	127,1	42,2%	657,8	505,2	30,2%
Correção monetária do ativo contratual de concessão		493,5	35,5	1290,2%	1.007,6	164,4	513,1%
Implementação de infraestrutura		416,6	197,8	110,6%	1.523,7	752,8	102,4%
Total Receitas IFRS		1.266,0	518,1	144,4%	3.865,3	2.029,6	90,4%
Parcela variável		(7,7)	(7,0)	9,9%	(23,1)	(15,3)	51,4%
Outras receitas operacionais		5,8	7,8	-26,0%	32,4	15,6	108,3%
Receita operacional bruta		1.264,1	518,9	143,6%	3.874,6	2.029,9	90,9%
PIS e COFINS		(74,1)	(28,8)	157,6%	(245,5)	(113,7)	116,0%
ISS		(0,15)	(0,04)	227,8%	(0,51)	(0,18)	188,2%
ICMS		(0,01)	(0,01)	-7,9%	(0,09)	(0,05)	71,7%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(15,8)	(17,5)	-9,9%	(67,2)	(76,0)	-11,6%
Deduções da receita operacional bruta		(90,1)	(46,4)	94,3%	(313,3)	(189,9)	65,0%
Receita operacional líquida		1.174,0	472,5	148,5%	3.561,3	1.840,0	93,5%

* Devido ao impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47, contabilizado integralmente no 4T20, a Companhia procedeu com os ajustes e reclassificações do resultado de 2019 para fins de comparabilidade com o resultado de 2020

A variação e a composição da receita líquida IFRS da Taesa refletem, principalmente, os seguintes aspectos:

- **Operação e manutenção:** O aumento anual de 11,0% da receita de O&M se deve principalmente (i) ao reajuste inflacionário do ciclo 2020-2021, de 6,51% no IGP-M e 1,88% no IPCA, considerando a variação entre os períodos de julho de 2020 a junho de 2021, conforme Resolução Homologatória nº 2.275/20, (ii) à entrada em operação das concessões de Miracema no final de 2019 e de Mariana em maio de 2020, e (iii) à conclusão da aquisição da São João e São Pedro em fevereiro de 2020 e Lagoa Nova em março de 2020. Na comparação entre 2020 e 2019, o aumento de 11,3% se deve aos mesmos motivos mencionados acima.
- **Remuneração do ativo contratual de concessão:** Calculada pela multiplicação da taxa do projeto sobre o saldo do ativo contratual (contabilizada somente no período operacional da concessão). O resultado do 4T20 apresentou um aumento de 42,2% na comparação anual devido (i) à conclusão da aquisição de São João e São Pedro em fevereiro de 2020 e Lagoa Nova em março de 2020, (ii) à entrada em operação das concessões de Miracema ao fim do ano passado e de Mariana em maio deste ano, (iii) à conclusão dos reforços da Novatrans ao final de 2019;

e (iv) à correção monetária do ativo contratual dos últimos meses que amenizou o efeito natural da amortização do ativo pelos recebimentos. Na comparação entre 2020 e 2019, o aumento de 30,2% se deve aos mesmos motivos mencionados acima.

- **Correção monetária do ativo contratual de concessão:** Baseada no reajuste mensal pela inflação. A receita de correção monetária apresentou um crescimento de R\$ 458,0 MM entre o 4T20 e o 4T19, principalmente em razão do aumento dos índices macroeconômicos registrados nos períodos comparados, com maior efeito do IGP-M que registrou 11,24% no acumulado do trimestre contra 0,97% no mesmo trimestre de 2019, conforme apresentado mais acima. Cabe mencionar que o impacto desse aumento dos índices macroeconômicos na receita de correção monetária também foi influenciado pela consolidação dos novos ativos (São João, São Pedro, Lagoa Nova, Miracema, Mariana e reforços de Novatrans) no ano de 2020. O aumento de R\$ 843,3 MM na comparação entre 2020 e 2019 se deve aos mesmos motivos mencionados acima, com maior efeito no 3T20 e 4T20.
- **Implementação de infraestrutura:** Conforme explicado na seção 4.4, a partir da adoção do CPC 47 as eficiências geradas até então nos projetos em construção passam a ser contabilizadas como margem de implementação nessa linha da receita. Lembrando que os juros de remuneração do ativo também são adicionados à receita de implementação durante o período pré-operacional. O crescimento na receita de implementação de 110,6% entre o 4T20 e o 4T19 e de 102,4% entre 2020 e 2019 se deve basicamente: (i) aos maiores investimentos em Janaúba e Sant'Ana e no reforço de São Pedro que foram compensados em parte pela conclusão dos empreendimentos de Miracema e dos reforços de Novatrans, ambos ao final de 2019; e (ii) reversão de R\$ 80,6 MM no 4T19 da receita de construção das melhorias, principalmente das concessões ATE II, TSN e NTE com base na Nota Técnica nº 125/2018-SRM/SCT/ANEEL, de 3 de agosto de 2018.
- **Parcela variável (PV):** A PV cresceu 9,9% entre o 4T20 e o 4T19. Já na comparação entre 2020 e 2019, houve uma piora de R\$ 7,9 MM resultado principalmente dos desligamentos/provisões ocorridos em São João, Novatrans, TSN, ATE I e ETEO. Para maiores detalhes vide seção 4.1.
- **Outras receitas operacionais:** A redução anual de 26,0% se deve principalmente à contabilização de R\$ 3,8 MM no resultado do 4T19 referente à receita pro-rata dos reforços da Novatrans até novembro de 2019, uma vez que a operação desses reforços para fins de cálculo do ativo contratual se iniciou somente a partir de dezembro de 2019 (primeiro mês completo de recebimento da RAP). A redução nesta linha foi compensada em parte pelas receitas provenientes da Rede de Fronteira e DIT (Demais Instalações) de São Pedro e Miracema em 2020. Na comparação entre 2020 e 2019, o aumento de R\$ 16,8 MM ocorreu em função de: (i) contabilização de R\$ 8,9 MM no resultado da receita de Miracema nos primeiros 3 meses de operação em função da liberação das instalações de 500kV e 230kV em momentos distintos, uma vez que o ativo contratual passa a ser contabilizado somente após a liberação de todas as suas instalações; (ii) contabilização das receitas provenientes da Rede de Fronteira e DIT (Demais Instalações) de São Pedro, Miracema e Brasnorte (consolidação do resultado da Brasnorte na Taesa a partir de junho de 2019); e (iii) receita de Mariana de junho, uma vez que o ativo contratual é contabilizado somente após o recebimento integral da RAP.
- **Deduções da receita bruta:** Houve um aumento de 94,3% na comparação entre o 4T20 e 4T19 e de 65,0% entre 2020 e 2019. As variações mencionadas ocorrem em função do PIS/COFINS que segue a variação da receita bruta em IFRS (o tributo varia de acordo com cada concessão – vide seção 4.15). Este efeito foi compensado em parte pela redução dos encargos setoriais. Para maiores detalhes vide seção 4.8.

4.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 337,2 MM no 4T20, 35,0% maior quando comparado ao 4T19.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram no 2020 R\$ 1.200,5 MM, 70,0% maior que o registrado em 2019.

Custos, Despesas e D&A - IFRS (Consolidado)

	R\$ MM	4T20	4T19	Var.%	2020	2019	Var.%
Pessoal		(43,7)	(36,2)	20,6%	(166,6)	(134,3)	24,0%
Material		(256,9)	(183,1)	40,3%	(922,1)	(477,7)	93,0%
Serviço de terceiros		(22,5)	(20,6)	9,3%	(72,9)	(61,6)	18,3%
Outros		(11,0)	(7,0)	56,9%	(23,7)	(19,3)	22,4%
Total		(334,0)	(246,9)	35,3%	(1.185,2)	(692,9)	71,1%
Depreciação e amortização		(3,2)	(2,8)	12,4%	(15,3)	(13,2)	15,7%
Total		(337,2)	(249,8)	35,0%	(1.200,5)	(706,1)	70,0%

As variações nos custos IFRS foram ocasionadas principalmente pelos seguintes eventos:

- Pessoal:** O aumento de 20,6% na comparação entre o 4T20 e o 4T19 é explicado pelo reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 5,45% (resultado do *mix* dos índices de inflação do ciclo da RAP 2020-2021 – 6,51% no IGP-M e 1,88% no IPCA), conclusão das aquisições de São João, São Pedro e Lagoa Nova e da entrada em operação de Miracema e Mariana, além do programa de meritocracia, promoções e aumento de quadro. No ano, o aumento de 24,0% se refere aos motivos elencados acima além da consolidação da Brasnorte na Companhia a partir de junho de 2019.
- Material:** O aumento anual de R\$ 73,7 MM se deve, principalmente, aos maiores investimentos nos empreendimentos em construção de Janaúba (+R\$ 67,3 MM) e Sant'Ana (+R\$ 58,2 MM) e no reforço de São Pedro (+R\$ 22,6 MM), parcialmente compensado pela queda nos investimentos dos empreendimentos concluídos de Miracema, Mariana e de reforços da Novatrans e TSN. No ano, o aumento de 93,0% se refere aos mesmos motivos mencionado acima, com os impactos de R\$ 539,0 MM em Janaúba, R\$ 118,6 MM em Sant'Ana e R\$ 33,5 MM do reforço de São Pedro.
- Serviços de terceiros:** O crescimento de 9,3% na comparação anual foi influenciado principalmente pelo aumento das despesas com limpeza de faixa de servidão, conclusão da aquisição de São João, São Pedro e Lagoa Nova e pela entrada em operação de Mariana e Miracema. Esse aumento foi compensado em parte pela redução dos gastos de consultoria administrativa, serviços advocatícios e com viagens. Já o aumento de 18,3% entre 2020 e 2019 se deu principalmente pelas aquisições recentes e concessões que entraram em operação, além do aumento das despesas de limpeza de faixa de servidão, contratação das consultorias estratégicas e da consolidação da Brasnorte na Taesa a partir de junho de 2019. Estes efeitos foram compensados em parte pela redução das despesas com viagens.
- Outros:** Essas despesas apresentaram um aumento de 56,9% devido à: (i) alteração de prognóstico de contingências cíveis; (ii) consolidação das empresas São João e São Pedro; e (iii) baixa de ativos de transmissão sem expectativa de recuperabilidade em 2020. O aumento foi compensando em parte pelas indenizações referentes às aquisições São Pedro e São João no valor de R\$ 3,4 MM, menores despesas com patrocínios e doações e menores gastos com seguros. Na comparação entre 2020 e 2019, o aumento de 22,4% se refere aos mesmos motivos mencionados acima.

- **Depreciação e amortização:** Os aumentos de 12,4% entre o 4T20 e o 4T19 e de 15,7% entre 2020 e 2019 se devem basicamente pela remensuração de contratos de arrendamentos financeiros dentro do escopo do CPC 06 (R2), o que gerou um aumento na depreciação do 4T20 em comparação ao 4T19.

4.7. EBITDA e Margem EBITDA IFRS

No 4T20, o EBITDA IFRS totalizou R\$ 840,0 MM com margem EBITDA de 71,5%. O aumento de 272,4% do EBITDA IFRS na comparação anual é explicado principalmente pelos maiores índices macroeconômicos registrados no período que impactaram positivamente a receita de correção monetária do ativo contratual, pelas aquisições recentes e entrada em operação de novos ativos e pelos maiores investimentos nos empreendimentos Janaúba e Sant'Ana. Estes mesmos motivos explicam o aumento de 105,4% na comparação entre 2020 e 2019.

O **EBITDA IFRS** não é uma medida que reflete a geração de caixa operacional da Companhia, uma vez que o padrão IFRS gera um descolamento entre DRE e Fluxo de Caixa.

EBITDA IFRS (Consolidado)

	R\$ MM	4T20	4T19*	Var.%	2020	2019*	Var.%
Receita líquida		1.174,0	472,5	148,5%	3.561,3	1.840,0	93,5%
Custos e despesas		(334,0)	(246,9)	35,3%	(1.185,2)	(692,9)	71,1%
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas		-	-	-	-	9,8	0,0%
EBITDA		840,0	225,6	272,4%	2.376,0	1.156,9	105,4%
Margem EBITDA		71,5%	47,7%	23,8 pp	66,7%	62,9%	3,8 pp

* Devido ao impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47, contabilizado integralmente no 4T20, a Companhia procedeu com os ajustes e reclassificações do resultado de 2019 para fins de comparabilidade com o resultado de 2020.

4.8. Receita Líquida Regulatória

Receita Líquida Regulatória no 4T20 alcançou R\$ 382,9 MM, 12,8% maior que o registrado no 4T19, explicado pela entrada em operação de Miracema, Mariana e dos reforços da Novatrans, aquisição das concessões São João, São Pedro e Lagoa Nova e pelo reajuste inflacionário, efeitos compensados em parte pela queda da RAP de algumas concessões.

Receita Líquida Regulatória no 2020 somou R\$ 1.524,8 MM, apresentando um aumento anual de 9,4%.

A Receita Líquida Regulatória não é impactada pelo reconhecimento dos efeitos inflacionários descrito na seção 4.5 da Receita Líquida IFRS, visto que esse reconhecimento é uma definição contábil do IFRS sobre a correção monetária do ativo contratual que influencia, portanto, apenas a Receita Líquida IFRS. Por outro lado, a RAP é anualmente reajustada pela inflação a cada novo ciclo que se inicia em 1º dia de julho de cada ano e termina no 30º dia de junho do ano subsequente (vide seção 4.2).

O crescimento na linha da RAP de 14,4% entre o 4T20 e o 4T19 é explicado, basicamente, pela entrada em operação das concessões de Miracema e Mariana e dos reforços da Novatrans, pela conclusão da aquisição de São João, São Pedro e Lagoa Nova e pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2020-2021 (6,51% em IGP-M e 1,88% em IPCA). O aumento foi compensado em parte pela redução da RAP das concessões Munirah, PATESA, STE e ATE I (maiores detalhes sobre os efeitos e as datas de queda nas seções 4.2 e 4.3). O aumento de 10,3% na comparação entre 2020 e 2019 se deve basicamente aos mesmos motivos mencionados acima, considerando para esta comparação ainda o reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2019-2020 (7,64% em IGP-M e 4,66% em IPCA) e a consolidação da Brasnorte na Taesa a partir de junho de 2019, cujos efeitos foram minimizados em parte pela redução de 50% da RAP de Novatrans e NTE, além das concessões mencionadas acima, referentes aos ciclos 2019-2020 e 2020-2021.

A Parcela Variável (PV) teve um aumento de 9,9% na comparação entre o 4T20 e o 4T19. Já na comparação entre 2020 e 2019, houve uma piora de R\$ 7,9 MM resultado principalmente dos desligamentos/provisões ocorridos em São João, Novatrans, TSN, ATE I e ETEO. Para maiores detalhes vide seção 4.1.

Outras receitas operacionais apresentaram uma redução de R\$ 8,9 MM referente à parcela de ajuste de São João, definida na resolução homologatória 2.275/20, em função do processo administrativo nº 48500.002803/2017-41 da ANEEL instaurado antes da conclusão da aquisição do ativo, cujo valor total foi acertado via conta garantia, portanto não havendo impacto financeiro para a TAESA. Este mesmo motivo explica a redução de R\$ 17,7 MM em outras receitas operacionais na comparação entre 2020 e 2019.

A redução dos encargos setoriais se deve à queda de 50% da RAP, conforme mencionado acima, uma vez que as novas concessões que impactaram o resultado são dispensadas do recolhimento da tarifa de Reserva Global de Reversão – RGR, de acordo com a Lei nº 12.783/2013 que dispensa esse recolhimento para as concessões licitadas a partir de 12 de setembro de 2012.

Receita Operacional Líquida - Regulatório (Consolidado)

	R\$ MM	4T20	4T19	Var.%	2020	2019	Var.%
RAP Concessionárias		439,4	384,0	14,4%	1.727,6	1.565,8	10,3%
Parcela Variável		(7,7)	(7,0)	9,9%	(23,1)	(15,3)	51,4%
Receita do Serviço		431,8	377,0	14,5%	1.704,5	1.550,5	9,9%
Outras receitas operacionais		(8,7)	0,3	n/a	(16,5)	1,2	n/a
Receita operacional bruta		423,1	377,3	12,1%	1.688,0	1.551,7	8,8%
PIS e COFINS		(24,2)	(20,2)	19,6%	(95,4)	(81,3)	17,3%
ISS		(0,15)	(0,0)	227,8%	(0,5)	(0,2)	187,8%
ICMS		(0,01)	(0,0)	-7,9%	(0,1)	(0,05)	73,1%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(15,8)	(17,5)	-9,9%	(67,2)	(76,0)	-11,6%
Total Deduções		(40,1)	(37,8)	6,2%	(163,2)	(157,5)	3,6%
Receita operacional líquida		382,9	339,5	12,8%	1.524,8	1.394,2	9,4%

4.9. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 143,6 MM no 4T20, 9,6% maior quando comparado ao 4T19. Os custos de PMSO somaram R\$ 80,9 MM, registrando uma redução anual de 0,4%.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização em 2020 alcançaram R\$ 517,8 MM, 18,8% maior na comparação anual. Os custos de PMSO somaram em 2020 R\$ 275,7 MM, registrando um aumento de 14,6% comparado a 2019.

Custos, Despesas e D&A - Regulatório (Consolidado)

	R\$ MM	4T20	4T19	Var.%	2020	2019	Var.%
Pessoal		(43,7)	(36,2)	20,6%	(166,6)	(134,3)	24,0%
Material		(1,7)	(0,9)	88,6%	(3,8)	(2,4)	56,0%
Serviço de terceiros		(22,5)	(20,6)	9,3%	(72,9)	(61,6)	18,3%
Outros		(13,0)	(23,5)	-44,7%	(32,4)	(42,2)	-23,2%
Total		(80,9)	(81,3)	-0,4%	(275,7)	(240,5)	14,6%
Depreciação e amortização		(62,6)	(49,7)	25,9%	(242,1)	(195,2)	24,0%
Total		(143,6)	(131,0)	9,6%	(517,8)	(435,7)	18,8%

As diferenças entre os Resultados Regulatórios e IFRS, na linha de custos, despesas e depreciação e amortização, são observadas nas despesas com material e em depreciação e amortização. O Resultado IFRS contabiliza o investimento na construção de novos ativos, reforços e melhorias, como despesas com material, ao mesmo tempo em que capitaliza a receita de implementação no ativo contratual. Já o Resultado Regulatório deprecia o investimento imobilizado. Além disso, a partir da adoção do CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, em 2019, são também observadas diferenças nas linhas de Outros custos e despesas operacionais, entre os Resultados Regulatório e IFRS.

Os custos e despesas PMSO totalizaram R\$ 80,9 MM no 4T20 (-0,4% versus 4T19) e R\$ 275,7 MM em 2020 (+14,6% versus 2019), explicado pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 20,6% na comparação entre o 4T20 e o 4T19 é explicado pelo reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 5,45% (resultado do *mix* dos índices de inflação do ciclo da RAP 2020-2021 – 6,51% no IGP-M e 1,88% no IPCA), conclusão das aquisições de São João, São Pedro e Lagoa Nova e da entrada em operação de Miracema e Mariana, além do programa de meritocracia, promoções e aumento de quadro. No ano, o aumento de 24,0% se refere aos motivos elencados acima além da consolidação da Brasnorte na Companhia a partir de junho de 2019.
- **Material:** O aumento de R\$ 88,6% entre o 4T20 e o 4T19 e de 56,0% entre 2020 e 2019 se deve aos maiores gastos com operação e manutenção e à conclusão da aquisição de São João, São Pedro e Lagoa Nova.
- **Serviços de Terceiros:** O crescimento de 9,3% na comparação anual foi influenciado principalmente pelo aumento das despesas com limpeza de faixa de servidão, conclusão da aquisição de São João, São Pedro e Lagoa Nova, e pela entrada em operação de Mariana e Miracema. Esse aumento foi compensado em parte pela redução dos gastos de consultoria administrativa, serviços advocatícios e com viagens. Já o aumento de 18,3% entre 2020 e 2019 se deu principalmente pelas aquisições recentes e concessões que entraram em operação, além do aumento das despesas de limpeza de faixa de servidão, contratação das consultorias estratégicas e da consolidação da Brasnorte na Taesa a partir de junho de 2019. Estes efeitos foram compensados em parte pela redução das despesas com viagens.
- **Outros:** Essas despesas apresentaram uma redução de 44,7% devido à: (i) baixa no estoque no 4T19 de aproximadamente R\$ 15,1 MM relacionada ao reforço da Novatrans, concluído em novembro de 2019, que consistia na substituição de 4 bancos de capacitores; e (ii) indenizações referentes às aquisições de São Pedro e

São João no valor de R\$ 3,4 MM. Essa redução foi compensada em parte pelas alterações de prognóstico de contingências cíveis e pela baixa de ativos de transmissão sem expectativa de recuperabilidade em 2020. A redução de 23,2% na comparação entre 2020 e 2019 é explicada pelos mesmos motivos citados acima.

- **Depreciação e Amortização:** O aumento da depreciação, tanto na comparação entre o 4T20 e o 4T19 quanto na comparação entre 2020 e 2019, refere-se às unitizações dos reforços da Novatrans, da entrada em operação de Miracema e da aquisição das empresas São João, São Pedro e Lagoa Nova.

4.10. EBITDA e Margem EBITDA Regulatório

O EBITDA Regulatório do 4T20 atingiu R\$ 302,0 MM, 17,0% maior com o registrado no 4T19 e uma margem EBITDA de 78,9%. Em 2020, o EBITDA Regulatório atingiu R\$ 1.249,1 MM, 8,3% maior na comparação com 2019, com uma margem EBITDA de 81,9%. Conforme mencionado anteriormente, a queda de 50% da RAP de algumas concessões foi compensada pela aquisições recentes e entrada em operação de novos ativos.

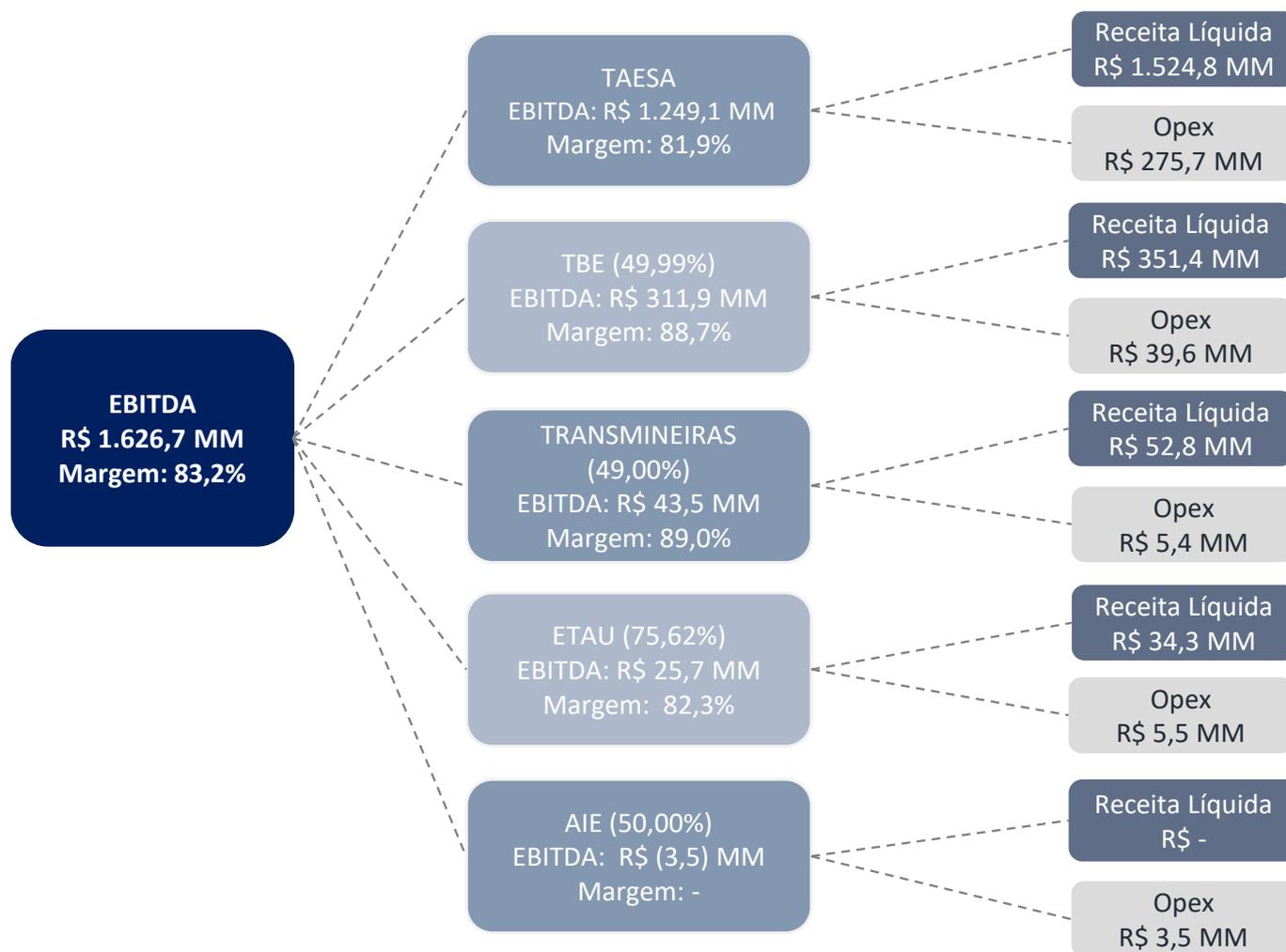
No setor de transmissão de energia, o **EBITDA Regulatório** é um importante indicador de desempenho operacional e financeiro, em virtude da sua aderência à geração de caixa operacional efetiva da Companhia.

EBITDA Regulatório (Consolidado)

	R\$ MM	4T20	4T19	Var.%	2020	2019	Var.%
Receita líquida		382,9	339,5	12,8%	1.524,8	1.394,2	9,4%
Custos e despesas		(80,9)	(81,3)	-0,4%	(275,7)	(240,5)	14,6%
EBITDA		302,0	258,2	17,0%	1.249,1	1.153,7	8,3%
Margem EBITDA		78,9%	76,1%	2,8 pp	81,9%	82,7%	-0,8 pp

4.11. Composição do EBITDA Regulatório

O gráfico abaixo mostra como seria o EBITDA Regulatório do ano de 2020, considerando todas as concessões do grupo Taesa proporcionalmente. É importante ressaltar que o resultado consolidado conforme as normas contábeis brasileiras não incluem as investidas em conjunto e coligadas (ETAU, Transmineiras, AIE e TBE).



4.12. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS

O Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS no 4T20 totalizou R\$ 355,5 MM, 115,5% maior que o 4T19. Já em 2020 a Equivalência Patrimonial IFRS fechou em R\$ 833,9 MM, 125,5% maior que 2019.

Equivalência Patrimonial IFRS

	R\$ MM	4T20	4T19*	Var.%	2020	2019*	Var.%
ETAU		11,6	(2,0)	-	42,2	7,6	458,0%
TBE		209,4	72,6	188,3%	499,1	225,7	121,1%
Aimorés		20,7	25,9	-19,9%	55,7	31,8	75,3%
Paraguaçu		35,5	51,2	-30,7%	81,7	65,5	24,6%
Ivaí		50,9	9,3	445,2%	95,0	17,2	451,5%
Transmineiras		27,4	8,9	209,2%	60,3	19,7	206,8%
Total Equivalência Patrimonial		355,5	165,0	115,5%	833,9	369,8	125,5%

* Devido ao impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47, contabilizado integralmente no 4T20, a Companhia procedeu com os ajustes e reclassificações do resultado de 2019 para fins de comparabilidade com o resultado de 2020.

O aumento de 115,5% no resultado IFRS das investidas em conjunto e coligadas, na comparação entre o 4T20 e o 4T19, se deve principalmente a: (i) variação positiva na receita de correção monetária no resultado da TBE, Transmineiras e ETAU em função do aumento dos índices macroeconômicos registrados nos períodos; (ii) maiores investimentos nas concessões em construção (ESTE, que faz parte da TBE, e Ivaí do grupo AIE) e (iii) adequação da metodologia de cálculo do ativo contratual no 4T20 e 4T19 objeto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020, com maior impacto nas concessões Ivaí, Aimorés e Paraguaçu. Estes efeitos foram compensados parcialmente pelos menores investimentos nas concessões Aimorés, Paraguaçu e EDTE – esta última entrou em operação em janeiro de 2020 – e pelas maiores despesas financeiras de Ivaí em função da 1ª emissão de debêntures ocorrida em dezembro de 2019. Na comparação entre 2020 e 2019, o aumento de 125,5% na equivalência patrimonial IFRS é explicado pelos mesmos motivos elencados acima, além da aquisição da participação da Eletrobrás nas Transmineiras e ETAU no 2T19 e dos maiores investimentos em Aimorés.

4.13. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 4T20 totalizou R\$ 32,0 MM, 36,3% menor que o registrado no 4T19. Em 2020, a Equivalência Patrimonial Regulatória fechou em 162,3 MM, redução de 17,6% na comparação com 2019.

Equivalência Patrimonial - Regulatório

	R\$ MM	4T20	4T19	Var.%	2020	2019	Var.%
ETAU		2,8	3,6	-21,3%	14,1	14,2	-0,5%
TBE		48,7	53,3	-8,7%	215,9	212,0	1,8%
Aimorés		0,3	(0,2)	-	(0,1)	(0,7)	-89,5%
Paraguaçu		0,4	(0,3)	-	(0,1)	(0,9)	-85,5%
Ivaí		(15,4)	(1,2)	1201,4%	(47,1)	(1,5)	3142,2%
Transmineiras		8,9	8,6	3,9%	34,2	26,0	31,8%
Resultado das Controladas		45,6	63,8	-28,5%	216,9	251,4	-13,8%
Amortização do ágio - TBE		(13,6)	(13,6)	0,0%	(54,6)	(54,6)	0,0%
Total Equivalência Patrimonial		32,0	50,1	-36,3%	162,3	196,8	-17,6%

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 4T20 apresentou uma redução de 36,3% na comparação anual motivado pelo aumento das despesas financeiras relativas à 1ª emissão de debêntures de Ivaí e à 2ª emissão de debêntures da EDTE e pela queda de 50% na RAP da ETAU, Transleste, ERTE e ENTE, compensado em parte pelo reajuste inflacionário da RAP no ciclo 2020-2021. A queda de 17,6% na comparação entre 2020 e 2019 é explicada pelos mesmos motivos acima, sendo compensado em parte também pela aquisição da participação da Eletrobrás nas Transmineiras e ETAU.

A diferença entre o Resultado de Equivalência Patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí, Transmineiras e TBE é devido à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

4.14. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida IFRS totalizou R\$ 192,9 MM no 4T20, 160,0% maior que o registrado no 4T19. Já a despesa financeira líquida regulatória totalizou R\$ 192,3 MM, 161,4% maior na comparação anual.

No 2020 a despesa financeira líquida IFRS fechou em R\$ 475,5 MM, apresentando um aumento de 83,7% contra 2019. A despesa financeira líquida regulatória alcançou R\$ 472,8 MM, 84,9% maior em relação a 2019.

Com a adoção do CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, a partir de 1º de janeiro de 2019, as despesas com aluguéis deixaram de ser contabilizadas como outras despesas operacionais, passando a ser contabilizadas como despesas financeiras (linha de “Arrendamento”) e depreciação, em contrapartida no balanço, nas linhas de Passivo de Arrendamento (curto e longo prazos) e no Direito de Uso (longo prazo) do Ativo. Portanto, a partir de 2019, o resultado financeiro IFRS apresenta diferença em relação ao resultado financeiro regulatório, somente na linha de “Arrendamento”.

Resultado Financeiro IFRS

	R\$ MM	4T20	4T19	Var.%	2020	2019	Var.%
Receitas Financeiras		5,8	22,2	-73,6%	38,8	96,9	-60,0%
Renda de aplicação financeira		5,9	22,2	-73,6%	38,8	96,9	-60,0%
Despesas Financeiras		(198,8)	(96,4)	106,2%	(514,3)	(355,7)	44,6%
Juros incorridos		(89,7)	(61,9)	45,0%	(323,9)	(231,8)	39,7%
Variações monetárias e cambiais		(106,9)	(30,7)	248,7%	(175,6)	(106,9)	64,2%
Ajuste ao valor justo		(0,0)	0,0	-	0,0	(0,0)	n/a
Arrendamento		(0,6)	(0,6)	-10,7%	(2,7)	(3,1)	-12,1%
Outras despesas/receitas financeiras		(1,6)	(3,2)	-51,6%	(12,2)	(14,0)	-12,8%
Total IFRS		(192,9)	(74,2)	160,0%	(475,5)	(258,8)	83,7%

A redução anual de 73,6% nas Receitas Financeiras ocorreu em razão principalmente do menor volume de caixa médio aplicado em função do pagamento de juros e amortização no montante de R\$ 477,5 MM (2ª e 3ª séries da 3ª emissão de debêntures da Taesa), do pagamento de dividendos e JCP no 4T20 de R\$ 523,4 MM (foram pagos R\$ 274,7 MM a mais que no 4T19) e dos investimentos nos projetos. Essa redução foi levemente compensada pela maior rentabilidade das aplicações no trimestre. No ano, a redução anual de 60,0% ocorreu devido ao pagamento de juros e amortização no valor de R\$ 908,8 MM (3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 9ª emissões de debêntures da Taesa), pagamento de dividendos e JCP no total de R\$ 1.106,2 MM (R\$ 454,9 MM a mais que em 2019), investimentos nos projetos em construção e menor rentabilidade das aplicações financeiras em 2020 associado a um menor CDI.

Os aumentos registrados entre o 4T20 e o 4T19 e entre 2020 e 2019 na linha de juros incorridos se devem, basicamente, ao maior volume de dívida entre os períodos comparados, em função da 8ª emissão de debêntures da Taesa no valor de R\$ 300 MM em janeiro de 2020, da 9ª emissão de debêntures da Taesa no valor de R\$ 450 MM em abril de 2020, das duas cédulas de crédito bancário de R\$ 350 MM e de R\$ 100 MM, em favor do Banco Citibank e Bradesco, respectivamente, ambos em abril de 2020, e do financiamento preexistente de R\$ 62,7 MM do BNB com a Lagoa Nova, ativo adquirido em março de 2020. O efeito do aumento da dívida mais que compensou a queda do CDI nos juros incorridos

do período uma vez que a dívida em CDI representa apenas 27,5% da dívida bruta total – percentual em 31 de dezembro de 2020.

O aumento na linha de variações monetárias e cambiais, tanto na comparação entre o 4T20 e o 4T19 quanto entre 2020 e 2019, é explicado pelo aumento da inflação acumulada do IPCA registrada no período associado ao maior volume de dívida em IPCA.

A linha de outras despesas/receitas financeiras apresentou uma redução de 51,6% na comparação anual, explicado pelo aumento da receita de atualização monetária de créditos a recuperar. A redução de 12,8% em 2020 na comparação com 2019 refere-se basicamente pela redução do Pis e Cofins sobre receitas financeiras em 2020, pelo aumento na receita de atualização monetária de impostos em 2020 e pela redução das despesas oriundas de atualização monetária dos saldos de P&D.

A linha de Arrendamento registrou uma redução de 10,7% devido às amortizações dos contratos de arrendamento entre os períodos comparados.

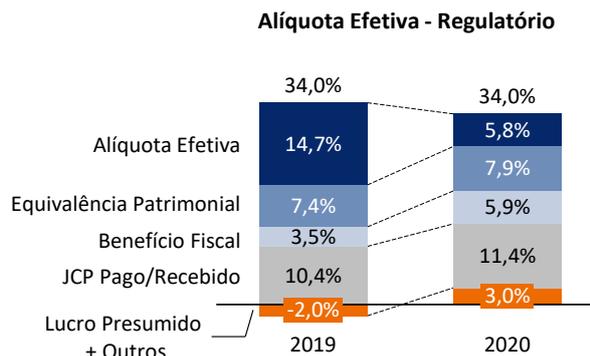
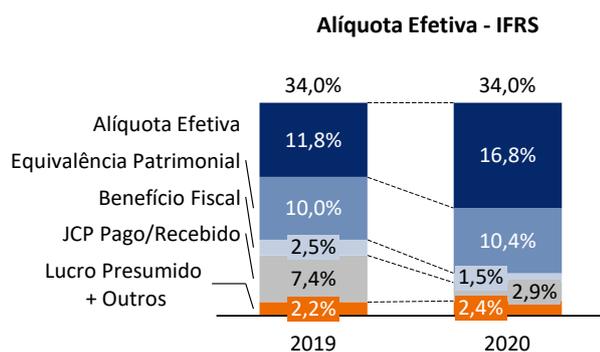
4.15. Impostos

O aumento de 428,9% e de 207,1% no Imposto de Renda e Contribuição Social em IFRS e reconhecido no resultado, na comparação no 4T20 e no ano de 2020, é explicado pelo aumento no lucro antes dos impostos que não foi acompanhado pelas efeitos dedutíveis do JCP e do benefício fiscal SUDAM/SUDENE. A queda do JCP pago se deve à redução da taxa TJLP de 2020 que é base de cálculo do JCP. Já o incentivo fiscal SUDAM/SUDENE não cresceu na mesma proporção do lucro societário em função dos ajustes fiscais no lucro real (correção monetária do ativo contratual e margem de implementação de infraestrutura), que limitou o aproveitamento do benefício fiscal do período.

R\$ MM	IFRS			IFRS			
	Conciliação Imposto	4T20	4T19*	Var.%	2020	2019*	Var.%
Lucro antes do Impostos		999,4	313,5	218,8%	2.719,2	1.254,7	116,7%
IRPJ e CSLL alíquota de 34%		(339,8)	(106,6)	218,8%	(924,5)	(426,6)	116,7%
Equivalência Patrimonial		120,9	56,1	115,5%	283,5	125,7	125,5%
SUDAM/SUDENE		(9,5)	(32,0)	-70,4%	41,1	31,6	29,9%
JCP Pago/Recebido		38,3	43,4	-11,7%	79,1	93,2	-15,1%
Empresas Lucro Presumido		15,0	(14,9)	n/a	68,2	18,6	266,8%
Outros		4,6	21,8	-78,8%	(3,7)	8,9	n/a
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado		(170,4)	(32,2)	428,9%	(456,3)	(148,6)	207,1%
Alíquota Efetiva		17,1%	10,3%	6,8 pp	16,8%	11,8%	4,9 pp

* Devido ao impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47, contabilizado integralmente no 4T20, a Companhia procedeu com os ajustes e reclassificações do resultado de 2019 para fins de comparabilidade com o resultado de 2020.

R\$ MM	Regulatório			Regulatório			
	Conciliação Imposto	4T20	4T19	Var.%	2020	2019	Var.%
Lucro antes do Impostos		79,0	185,0	-57,3%	696,4	899,6	-22,6%
IRPJ e CSLL alíquota de 34%		(26,9)	(62,9)	-57,3%	(236,8)	(305,9)	-22,6%
Equivalência Patrimonial		10,9	17,0	-36,3%	55,2	66,9	-17,6%
SUDAM/SUDENE		(9,5)	(32,0)	-70,4%	41,1	31,6	29,9%
JCP Pago/Recebido		38,3	43,4	-11,7%	79,1	93,2	-15,1%
Empresas Lucro Presumido		5,9	0,3	1879,0%	24,8	(0,5)	n/a
Outros		(4,1)	(3,1)	34,6%	(3,8)	(17,2)	-78,0%
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado		14,6	(37,3)	-139,3%	(40,4)	(131,9)	-69,4%
Alíquota Efetiva		-18,5%	20,1%	3868,7%	5,8%	14,7%	-8,9 pp



A tabela abaixo mostra o regime fiscal de cada concessão, bem como indica aquelas que possuem benefício fiscal, a data de término do benefício e a alíquota de PIS e COFINS de cada concessão.

Concessão	Regime Fiscal	Benefício Fiscal	% Área	Fim	PIS	COFINS
TSN	"Real"	"Sudene"	84%	2023	0,65%	3,00%
NVT	"Real"	"Sudam"	73%	2023	0,65%	3,00%
GTESA	"Real"	"Sudene"	100%	2023	0,65%	3,00%
PATESA	"Real"	"Sudene"	100%	2025	0,65%	3,00%
Munirah	"Real"	"Sudene"	84%	2023	0,65%	3,00%
ETEO	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
NTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
STE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE I	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE II	"Real"	"Sudene"	85%	2026	1,65%	7,60%
ATE III	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
São Gotardo	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Mariana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Miracema	"Presumido"	"Sudam"	100%	2029	0,65%	3,00%
Janaúba	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
Aimorés	"Real"	"Sudene"	80%	2032	1,65%	7,60%
Paraguaçu	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
ETAU	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
BRASNORTE	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
EATE	"Real"	"Sudam"	100%	2023	0,65%	3,00%
ENTE	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ECTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETEP	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ERTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
LUMITRANS	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ESDE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
STC	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETSE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ESTE	"Real"	"Sudene"	22%	2032	1,65%	7,60%
IVAÍ	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
TRANSUDESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSLESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSIRAPÉ	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EDTE	"Real"	"Sudene"	100%	2029	1,65%	7,60%
Sant'Ana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São João	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São Pedro	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Lagoa Nova	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%

O benefício fiscal SUDAM/SUDENE tem como base de cálculo o resultado IFRS de cada concessão. Esses benefícios são incentivos fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada e reduzem em 75% o Imposto de Renda devido na exploração das concessões de transmissão.

Regra de incidência de IRPJ e CSLL por regime fiscal

Lucro Real: A empresa deve antecipar os tributos mensalmente, com base no faturamento mensal, sobre o qual aplicam-se percentuais predeterminados, de acordo com o enquadramento das atividades, para obter uma margem de lucro estimada sobre a qual recai o IRPJ e a CSLL. No final do ano, a pessoa jurídica levanta o balanço anual e apura o lucro real do exercício, calculando em definitivo o IRPJ e a CSLL e descontando as antecipações realizadas mensalmente. Eventualmente, as antecipações podem ser superiores aos tributos devidos, ocasionando um crédito em favor do contribuinte.

Lucro Presumido: O IRPJ e a CSLL pelo Lucro Presumido são apurados trimestralmente. A alíquota de cada tributo (IRPJ e CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável, dependendo da atividade. No caso da Taesa, as alíquotas de presunção de IRPJ e CSLL são 8% e 12%, respectivamente.

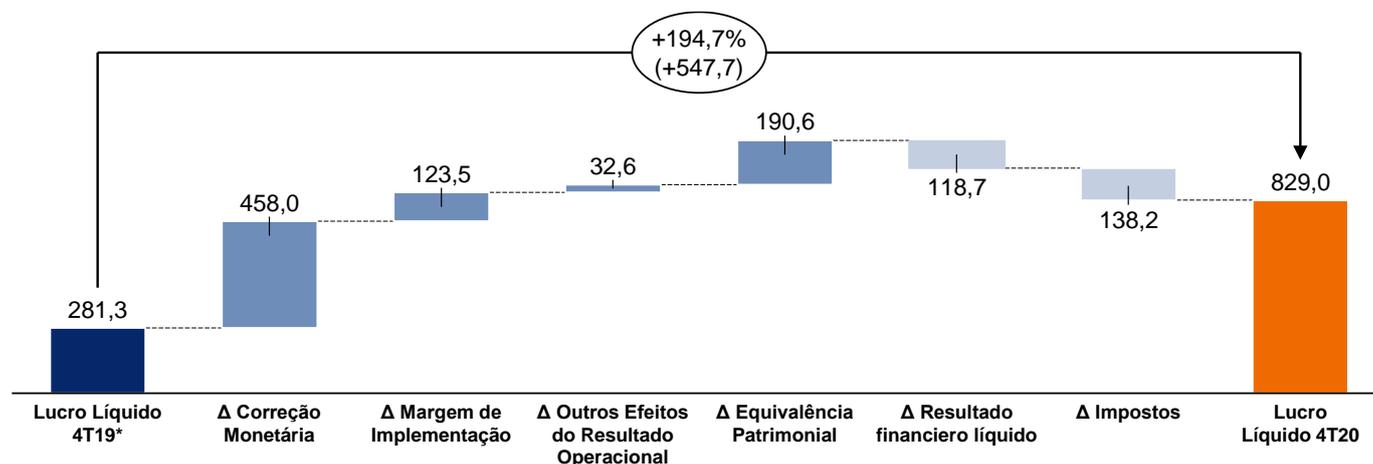
Com o surgimento da Lei 12.973/2014, a Companhia passou os anos de 2015 a novembro de 2017 contabilizando com a alíquota de presunção de 32%. Porém, baseada em jurisprudências passadas, no 4T17 a Companhia efetuou a reversão da provisão do IRPJ e CSLL na ETAU* e em São Gotardo, e passou a contabilizar utilizando as alíquotas anteriores (8% e 12%). O mesmo ocorreu para concessões do grupo TBE que adotam o Lucro Presumido.

* Em 2015 a ETAU utilizava o regime de Lucro Presumido. Porém, a partir de janeiro de 2016, optou pelo regime de Lucro Real, visando redução da carga tributária do IRPJ e CSLL, em razão da entrada em vigor da Lei nº 12.973/14.

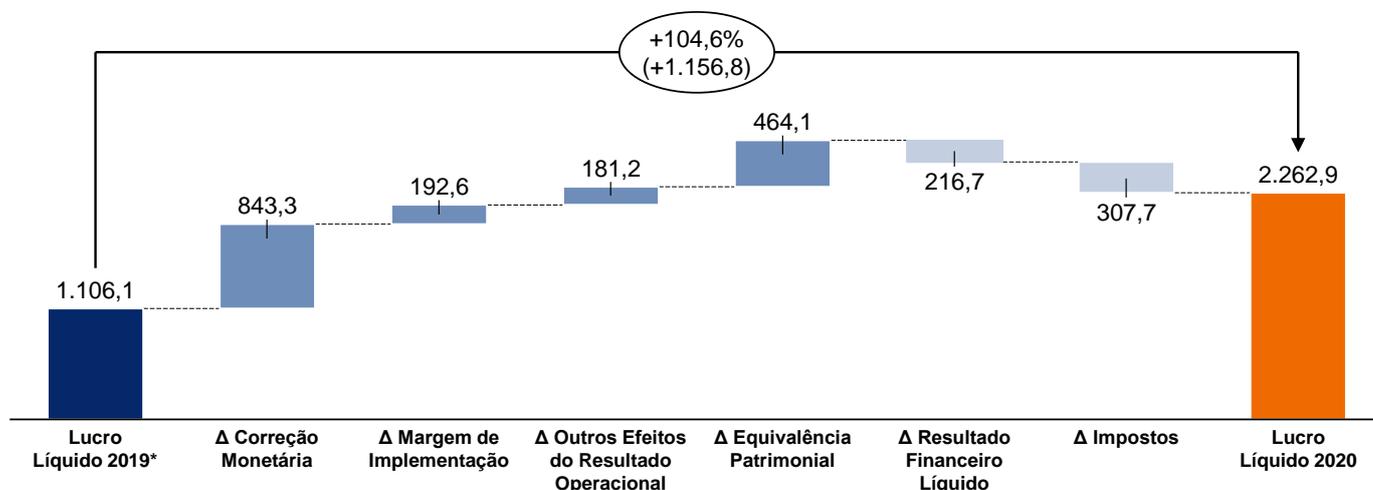
4.16. Lucro Líquido

Lucro Líquido IFRS totalizou R\$ 829,0 MM no 4T20, 194,7% maior que o registrado no 4T19. No ano de 2020, o Lucro Líquido IFRS somou R\$ 2.262,9 MM, 104,6% maior na comparação com 2019.

Lucro Líquido IFRS – 4T20:



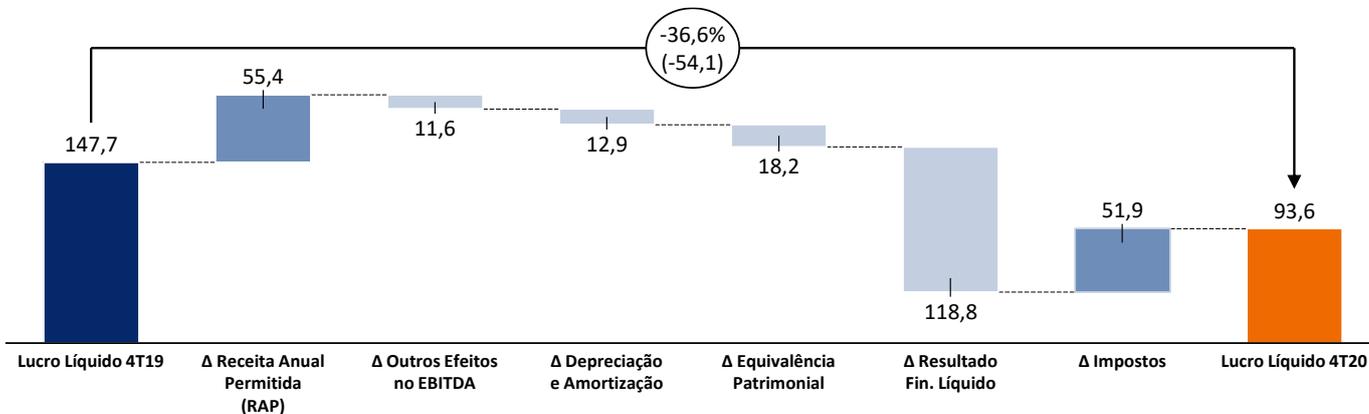
Lucro Líquido IFRS – 2020:



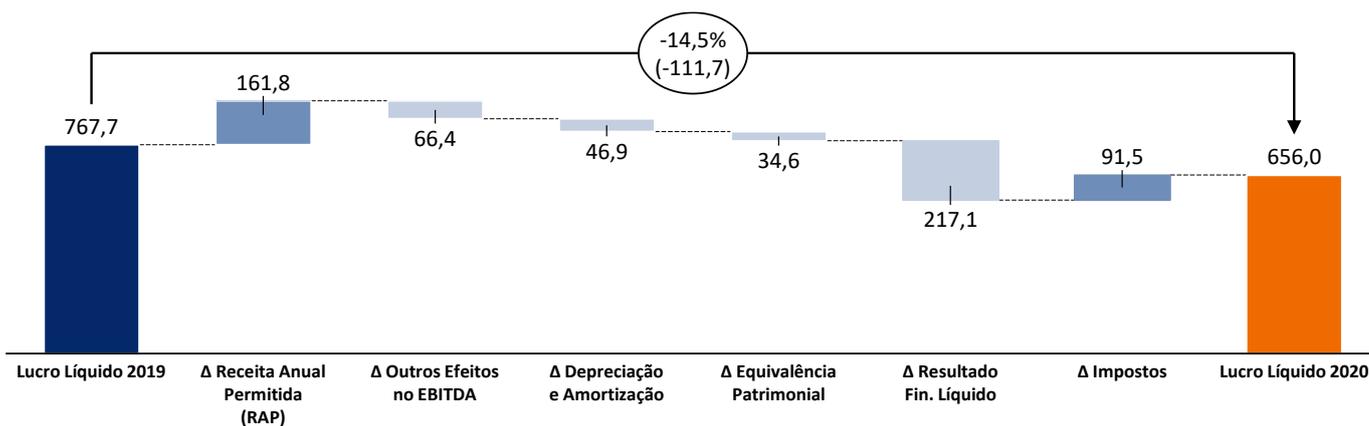
* Devido ao impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47 contabilizado integralmente no 4T20, a Companhia procedeu com os ajustes e reclassificações do resultado de 2019 para fins de comparabilidade com o resultado de 2020.

Lucro Líquido Regulatório somou R\$ 93,6 MM no 4T20, apresentando uma redução anual de 36,6%. Já no 2020 o Lucro Líquido Regulatório fechou em R\$ 656,0 MM, 14,5% menor que 2019.

Lucro Líquido Regulatório – 4T20:



Lucro Líquido Regulatório – 2020:



Lucro Líquido Ajustado

A partir da adoção do CPC 47 de 2018 em diante, a Companhia passou a antecipar um resultado estritamente contábil (sem efeito caixa) referente à eficiência da construção (vide seção 4.4 para maiores detalhes). Entretanto, para fins de distribuição de dividendos e com o intuito de manter o fluxo de dividendos que a Taesa vem historicamente pagando sem afetar a sua posição de caixa e sua alavancagem, a Companhia passou a apresentar trimestralmente um lucro líquido ajustado excluindo os efeitos das margens de implementação. Isto é, o lucro líquido ajustado se aproxima do método contábil utilizado anteriormente (ativo financeiro a custo amortizado). Consequentemente, a Companhia passou a registrar uma reserva especial de lucro referente a estes ajustes, que poderá ser futuramente distribuída em forma de dividendos.

DRE IFRS - Consolidado - 2020

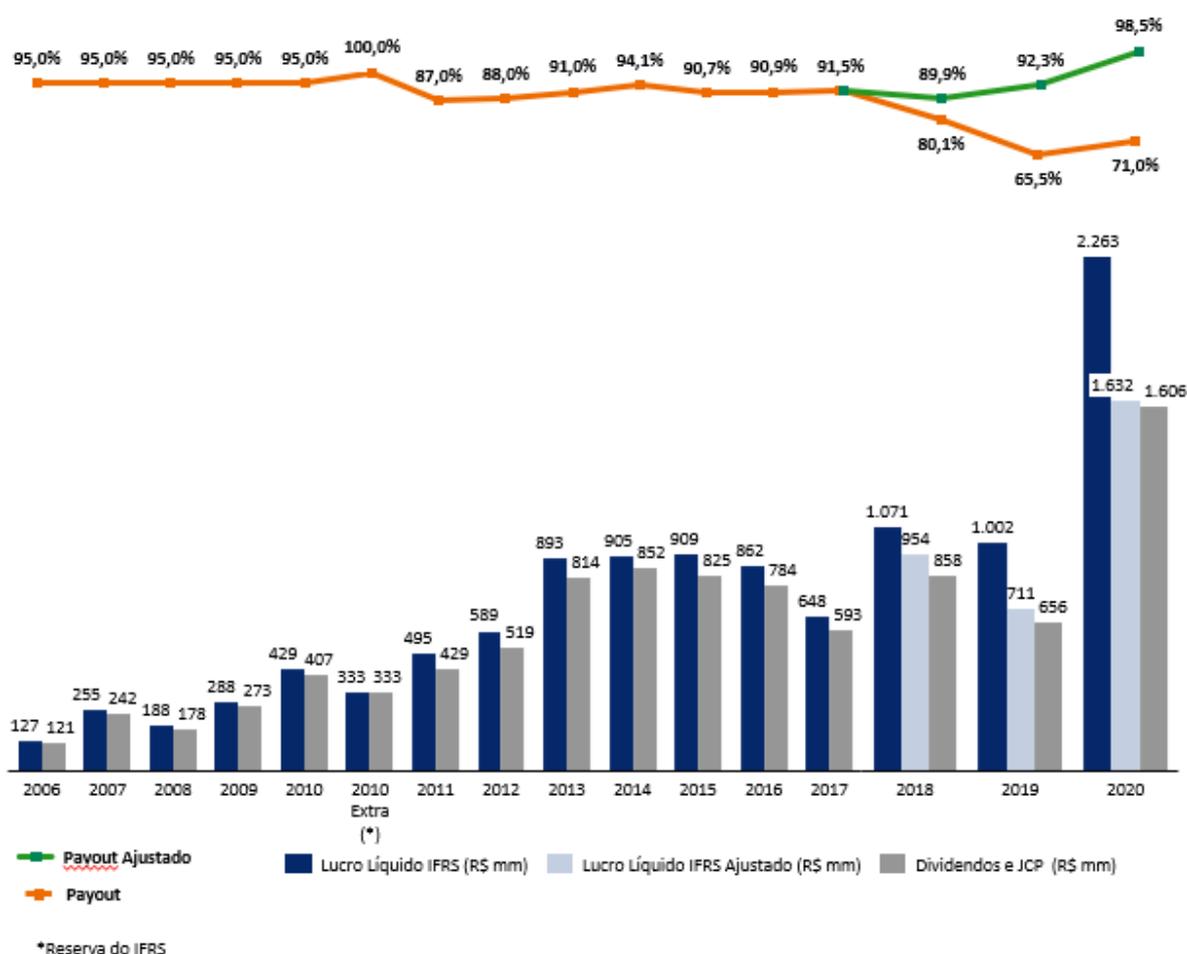
	R\$ mil	DRE (CPC 47)	Ajustes	DRE Ajustada
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Operação e manutenção		676.162		676.162
Remuneração do ativo contratual de concessão		657.818	(25.030)	632.789
Correção monetária do ativo contratual de concessão		1.007.626		1.007.626
Implementação de Infraestrutura		1.523.739	(467.383)	1.056.356
Outras receitas operacionais		32.402		32.402
Parcela variável		(23.136)		(23.136)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA		3.874.612	(492.412)	3.382.199
PIS e COFINS		(245.517)	44.410	(201.106)
ISS		(507)		(507)
ICMS		(93)		(93)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(67.208)		(67.208)
Outras deduções		-		-
Deduções da receita operacional bruta		(313.325)	44.410	(268.914)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		3.561.287	(448.002)	3.113.285
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS				
Pessoal		(166.616)		(166.616)
Material		(922.080)	35.903	(886.177)
Serviços de terceiros		(72.864)		(72.864)
Depreciação e amortização		(15.279)		(15.279)
Outras despesas operacionais		(23.685)		(23.685)
Custos e despesas		(1.200.523)	35.903	(1.164.620)
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas		-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		2.360.763	(412.099)	1.948.664
Resultado de equivalência patrimonial		833.942	(371.055)	462.887
Renda de aplicação financeira		38.813		38.813
Despesas financeiras		(514.338)		(514.338)
Resultado financeiro		(475.524)	-	(475.524)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		2.719.182	(783.154)	1.936.027
Imposto de Renda e Contribuição Social		(456.255)	151.685	(304.570)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		2.262.927	(631.470)	1.631.457
Participação dos acionistas controladores (Distribuível)		2.262.927	(631.470)	1.631.457
Participação dos acionistas não-controladores		-		-
Reserva de incentivo fiscal		(25.083)		(25.083)
Reserva especial - adoção inicial CPC 47		(631.470)	631.470	-
Lucro distribuível		1.606.374		1.606.374
Payout		71,0%		98,5%

4.17. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em 2020, a Taesa pagou R\$ 1.106,2 MM (R\$3,21 MM / Unit) a título de dividendos e juros sobre capital próprio, dividido em (i) dividendos de R\$ 61,7 MM (R\$ 0,18 / Unit) referentes ao resultado de 2019 aprovados na AGO do dia 30 de abril de 2020, (ii) dividendos intercalares no total de R\$ 811,8 MM (R\$ 2,35 / Unit) referentes ao resultado de 2020, e (iii) R\$ 232,7 MM (R\$ 0,68 / Unit) como juros sobre capital próprio também referentes ao resultado de 2020.

Além disso, na data de hoje, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de destinação do resultado de 2020, no montante de R\$ 2.262,9 MM, cuja destinação é composta por: (i) reserva de incentivo fiscal de R\$ 25,1 MM; (ii) reserva especial (CPC 47) de R\$ 631,5 MM; (iii) R\$ 811,8 MM a título de dividendos intercalares pagos antecipadamente em 2020; (iv) R\$ 232,7 MM a título de juros sobre capital próprio pagos antecipadamente em 2020; e (v) R\$ 561,9 MM (R\$ 1,63119213894 / Unit) a título de dividendos adicionais propostos a serem pagos até 31 de maio de 2021. Cabe mencionar que a Lei 6.404/76 (Lei das S.A.) prevê no Art. 193, § 1º que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% do capital social. Tendo em vista que o montante de reserva legal, acrescido do montante da reserva de capital, ultrapassa 30% do Capital Social, a Companhia deixou de constituir reserva legal no exercício de 2020.

A Taesa convocará a Assembleia de Acionistas para aprovar os resultados do exercício social de 2020 e a sua proposta de destinação. Caso seja aprovada em Assembleia, o total de dividendos e JCP distribuídos referente ao exercício social de 2020 será de R\$ 1.606,4 MM, representando um *dividend payout* de 71,0% sobre o lucro líquido e de 98,5% sobre o lucro líquido ajustado da Companhia (vide seção 4.16 sobre o Lucro Líquido).



4.18. Endividamento

No 4T20, a Dívida Bruta da Companhia totalizou R\$ 6.111,3 MM, 4,9% menor que o trimestre anterior. O caixa da Companhia ficou em R\$ 905,6 MM, registrando uma redução de 49,7% no trimestre e resultando em uma dívida líquida de R\$ 5.205,7 MM, 12,6% maior que o 3T20.

R\$ MM					
Dívida Líquida	4T20	% Dív Bruta	3T20	% Dív Bruta	Var. %
Curto Prazo	440,8	7,2%	642,2	10,0%	-31,4%
Taxa Fixa	9,0	0,1%	9,0	0,1%	0,0%
CDI	111,3	1,8%	121,2	1,9%	-8,2%
IPCA	320,6	5,2%	512,0	8,0%	-37,4%
Longo Prazo	5.670,5	92,8%	5.781,6	90,0%	-1,9%
Taxa Fixa	10,9	0,2%	13,1	0,2%	-17,0%
CDI	1.590,7	26,0%	1.589,9	24,7%	0,1%
IPCA	4.068,9	66,6%	4.178,6	65,0%	-2,6%
Endividamento Total	6.111,3	100,0%	6.423,7	100,0%	-4,9%
(-) Caixa e Aplicações *	(905,6)		(1.799,4)		-49,7%
(=) Dívida Líquida	5.205,7		4.624,3		12,6%

* O valor do caixa é a soma das linhas caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários.

Ao fim do 4T20 a dívida bruta totalizou R\$ 6.111,3 MM e o caixa R\$ 905,6 MM, resultando em uma dívida líquida de R\$ 5.205,7 MM. A redução de 4,9% da dívida bruta no período se deve basicamente ao pagamento de amortização e juros da 2ª e 3ª séries da 3ª emissão de debêntures da Taesa e de juros da 1ª e 2ª séries da 6ª emissão de debêntures da Taesa, no montante total de R\$ 493,4 MM.

A redução de 49,7% no Caixa e Aplicações no trimestre é explicada principalmente pelo (i) pagamento de proventos no valor de R\$ 523,4 MM, (ii) pagamento de amortização e de juros de dívida no valor de R\$ 518,6 MM, (iii) desembolso de Capex para os projetos em construção no valor de R\$ 213,3 MM, e (iv) aportes nas controladas em conjunto que estão em construção no valor de R\$ 27,0 MM. Essa redução foi compensada em parte pela geração de caixa operacional no trimestre de R\$ 279,4 MM e dividendos recebidos das coligadas e controladas no valor de R\$ 188,0 MM.

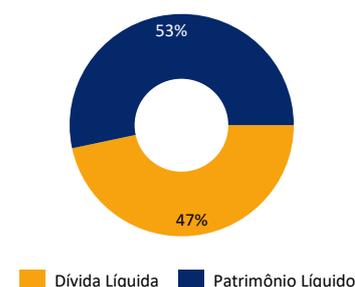
Consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, o total da dívida bruta seria de R\$ 7.833,3 MM e o caixa de R\$ 1.619,3 MM, considerando os seguintes valores: (i) dívidas da TBE no montante de R\$ 799,6 MM e caixa/aplicações de R\$ 162,6 MM; (ii) dívidas da ETAU no valor de R\$ 8,9 MM e caixa/aplicações de R\$ 7,1 MM; (iii) dívidas das Transmineiras no montante de R\$ 49,8 MM e caixa/aplicações de R\$ 9,2 MM; e (iv) dívidas da AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) de R\$ 863,8 MM e caixa/aplicações de R\$ 534,8 MM.

Considerando a dívida líquida proporcional das empresas controladas em conjunto e coligadas, a relação dívida líquida sobre EBITDA ficou em 3,8x no 4T20, acima do registrado no 3T20 (3,4x). Desconsiderando o resultado das empresas controladas, esse indicador seria de 4,2x no 4T20 versus 3,8x no 3T20.

Dívida por Empresa (R\$ MM)

Empresa	Dívida Bruta R\$ MM	Caixa e Equiv. R\$ MM	Dívida Líquida R\$ MM
TAESA	6,111.3	905.6	5,205.7
ETAU (75,6%)	8.9	7.1	1.8
TBE (49,99%)	799.6	162.6	637.0
Transmineiras (49%)	49.8	9.2	40.6
AIE (50%)	863.8	534.8	328.9
TOTAL	7,833.3	1,619.3	6,214.1

Estrutura de Capital Taesa (Book Value)



A dívida da Taesa, das investidas em conjunto e coligadas, está detalhada na tabela abaixo, proporcionalmente.

Empresa	Credor	Índice	Principal (R\$ / mil)	Juros (R\$ / mil)	Custo	Rating da Emissão	Data Final	Amortização	Cupons por Ano
Taesa	3ª Debêntures	IPCA	1.096.549	11.540	IPCA + 5,10%	Br.AAA	Out/2024	Anual	1
	4ª Debêntures	IPCA	286.236	3.689	IPCA + 4,41%	AAA.br	Set/2024	Anual	1
	5ª Debêntures	IPCA	565.542	15.630	IPCA + 5,9526%	-	Jul/2025	Anual	1
	6ª Debêntures	CDI	440.119	2.197	108% CDI	AAA.br	Mai/2026	Bullet	1
	6ª Debêntures	IPCA	212.704	1.518	IPCA + 5,50%	AAA.br	Mai/2044	Mensal	12
	7ª Debêntures	IPCA	507.169	28.354	IPCA + 4,50%	-	Set/2044	Semestral	2
	8ª Debêntures	IPCA	291.980	14.077	IPCA + 4,77%	AAA.br	Dez/2044	Semestral	2
	9ª Debêntures	CDI	448.323	4.801	CDI + 2,85%	-	Abr/2022	Bullet	1
	CCB Bradesco	CDI	99.850	3.492	CDI + 2,55%	-	Abr/2021	Bullet	1
	CCB Citibank	CDI	348.726	3.471	CDI + 2,85%	-	Abr/2022	Bullet	1
	SWAP - Citibank*	CDI	350.999	0	106,0% CDI	-	Mai/2023	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (BR Partners)	CDI	111.704	0	3,995%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	111.704	0	3,99%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Itaú)	IPCA	55.959	0	3,94%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Br Partners)	IPCA	55.838	0	3,91%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	55.025	0	3,66%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (ABC)	IPCA	56.831	0	3,59%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	FINAME	pré-fix	144	0	5,50%	-	Jul/2022	Mensal	12
FINAME	pré-fix	5.077	6	2,50%	-	Dez/2022	Mensal	12	
FINAME	pré-fix	9.518	13	3,00%	-	Jan/2023	Mensal	12	
FINAME	pré-fix	197	0	6,00%	-	Ago/2024	Mensal	12	
SGT	FINAME	pré-fix	4.893	5	2,50%	-	Dez/2022	Mensal	12
Janaúba	1ª Debêntures	IPCA	229.988	20.539	IPCA + 4,5% a.a.	-	Jul/2033	Trimestral	4
	2ª Debêntures	IPCA	566.758	29.675	4,8295%.a.a.	-	Dez/2044	Anual	1
Lagoa Nova	Financiamento BNB	IPCA	57.603	2.861	IPCA + 2,109% a.a.	-	Mai/2038	Mensal	12
ETAU	BNDES	Selic	914	1	SELIC + 3,76%	-	Ago/2021	Mensal	12
	BNDES	TJLP	927	4	TJLP + 5,20%	-	Ago/2021	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	5	0	9,50%	-	Jan/2021	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	56	0	9,50%	-	Jan/2021	Mensal	12
	BNDES - GIRO	TJLP	6.905	49	TLP + 2,78% + 1,5% + 1,5%	-	Out/2023	Mensal	12
EATE	5ª Debêntures - 2ª	CDI	26.978	40	116% CDI	-	Set/2021	Bullet	1
	6ª Debêntures	CDI	13.322	3	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
	7ª Debêntures	CDI	23.099	6	112% CDI	-	Jun/2023	Mensal	12
	8ª Debêntures	CDI	134.674	1.285	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
EBTE	1st Debentures	CDI	40.834	10	112% CDI	-	jun/23	Mensal	12
EDTE	2ª Debêntures	IPCA	153.073	13.544	IPCA + 5,29%	-	Dez/2028	Semestral	2
ECTE	4ª Debêntures	CDI	10.347	3	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
	5ª Debêntures	CDI	9.510	91	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
	CCB Santander	CDI	15.466	59	2,90% a.a. + CDI	-	Jul/25	Mensal	12
ENTE	4ª Debêntures	CDI	24.900	238	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
	CCB Santander	CDI	50.633	192	2,90% a.a. + CDI	-	Jul/2025	Mensal	12
ETEP	3ª Debêntures	CDI	13.725	3	112% CDI	-	Jun/2023	Mensal	12
	CBB Santander	CDI	45.564	173	TJLP + 2,08%	-	Abr/2027	Mensal	12
ETSE	BNDES	TJLP	4.900	17	TJLP + 2,02%	-	Nov/2028	Mensal	12
	BNDES - FINAME	pré-fix	2.471	4	3,5% a.a.	-	Nov/2023	Mensal	12
ESTE	1ª Debêntures	IPCA	195.146	19.279	4,5% a.a.	-	Dez/2044	Semestral	2
TRANSLESTE	BDMG	pré-fix	5.538	29	10% a.a.	-	Mar/2025	Mensal	12
	BNB	pré-fix	1.563	127	9,5% a.a.	-	Mar/2025	Mensal	12
	2ª Debêntures	CDI	13.578	3	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
TRANSIRAPÉ	BDMG	pré-fix	3.967	6	3,50%	-	Jan/2024	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	511	26	4,5% + TJLP	-	Abr/2021	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	2.008	86	3,5% + TJLP	-	Out/2029	Mensal	12
	2ª Debentures	CDI	9.172	2	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
	BNDES	pré-fix	1.561	92	6,5% + TJLP	-	Abr/2026	Mensal	12
TRANSUDESTE	2ª Debêntures	CDI	11.544	3	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
IVAÍ	1ª Debêntures	IPCA	820.513	43.262	4,9982% a.a.	-	Dez/2043	Semestral	2
Total			7.612.839	220.507					

* A dívida foi captada em USD, indexada a Libor, mas como possui um swap para CDI, foi considerado o valor final da dívida com o saldo do swap.

4.19. Investimentos

Em 2020, a Companhia, suas controladas, investidas em conjunto e coligadas investiram o total de R\$ 1.535,2 MM contra R\$ 718,3 MM investidos em 2019, referentes aos empreendimentos em construção. O aumento de R\$ 816,9 MM entre os períodos comparados se deve aos maiores investimentos em quase todos os projetos (exceto Miracema, EDTE e Mariana que já foram concluídos e estão em operação), com destaque para Janaúba e Ivaí, que registraram, respectivamente, um aumento de R\$ 539,0 MM e de R\$ 332,9 MM entre 2020 e 2019.

Projetos em construção

R\$ Mil	Custo de Implementação (Capex)							TOTAL
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Mariana	2.619	4.751	21.181	38.106	22.797	55.083	34.592	179.129
Miracema			1.197	41.695	115.009	110.664	-	268.565
Janaúba				10.190	30.741	116.074	655.111	812.116
Aimorés				3.923	3.638	65.877	82.034	155.472
Paraguaçu				5.750	4.611	110.848	108.966	230.175
Ivaí				8.662	12.740	46.190	379.137	446.729
ESTE				868	4.546	6.243	122.486	134.142
EDTE					14.635	175.155	1.837	191.626
Sant'Ana						32.172	151.021	183.193
Total	2.619	4.751	22.378	109.195	208.716	718.306	1.535.184	2.601.149

Obs: Os valores apresentados na tabela acima consideram os custos de implementação de infraestrutura em cada um dos projetos pelo regime de competência, em linha com o resultado em ifrs divulgado pela companhia. o ajuste na linha de custos de implementação de infraestrutura gerado pela adoção do cpc 47, relativo ao tratamento de adiantamento com fornecedores até 31 de dezembro de 2017, foi lançado na conta de reserva especial do exercício social de 2018 (pl). para fins do acompanhamento na tabela acima, este impacto foi adicionado ao valor de investimentos de cada projeto no ano de 2017.

4.20. Projeções de Investimentos (Capex)

Em 2019, a Taesa iniciou a divulgação das projeções de Capex nominal para os anos de 2019, 2020, 2021 e 2022 e de incremento de Receita Anual Permitida para os anos de 2020, 2021 e 2022 dos empreendimentos em construção 100% controlados pela Companhia (Mariana, Miracema, Janaúba e Sant'Ana), em linha com as melhores práticas de governança corporativa e com o intuito de alinhar o mercado em relação às expectativas sobre a evolução dos empreendimentos em construção. Em 2020, a Companhia realizou a primeira revisão referente ao exercício de 2019, informando o capex realizado e as justificativas das variações com o projetado (maiores informações vide release 4T19 e fato relevante divulgados em 12 de março de 2020).

O Capex nominal total realizado desses empreendimentos em 2020 foi de R\$ 840,7 milhões, apresentando uma redução de 19,2% em relação à projeção mínima divulgada. Essa variação é explicada, basicamente, pelo atraso na obtenção da licença ambiental do último trecho de linha de Sant'Ana, entretanto esse fator não compromete a conclusão do empreendimento. Assim, a Companhia segue empenhada em concluir as concessões de Sant'Ana e Janaúba nas datas previstas. É importante ressaltar que Miracema e Mariana entraram em operação em novembro de 2019 e maio de 2020, respectivamente.

Projeção 2020 (R\$ MM)	Realizado 2020 (R\$ MM)
Máx. 1.040	841
Mín. 1.130	

Com base no exposto, a Companhia revisou suas projeções de Capex nominal dos empreendimentos em construção 100% controlados pela Taesa referente a 2021, transferindo para o ano corrente os investimentos não realizados em 2020.

Projeção anterior do Capex nominal (em R\$ milhões):

2020	2021	2022
Máx. 1.130	Máx. 340	Máx. 20
Mín. 1.040	Mín. 310	Mín. 15

Projeção atualizada do Capex nominal (em R\$ milhões):

2020 (Realizado)	2021
841	Máx. 630 Mín. 570

Vale salientar que as projeções referentes ao Incremento da Receita Anual Permitida (RAP) após a entrada em operação de cada um dos Empreendimentos 100% controlados pela Taesa passam a ser as seguintes:

2020 (Realizado)	2021	2022	TOTAL
82	190	110	382

Os valores projetados nessa tabela consideram o ciclo da RAP atual (2020-2021) e são apresentados em termos reais (não reajustado pela inflação).

É importante ressaltar que as projeções ora apresentadas refletem apenas estimativas ou expectativas atuais da administração da Companhia, sujeitas a riscos e incertezas, não constituindo de forma alguma promessa de desempenho. As informações sobre as perspectivas dos negócios, projeções e metas financeiras são meras previsões, baseadas nas expectativas atuais da administração em relação ao futuro da Companhia e de suas subsidiárias. Estas expectativas dependem das condições do mercado, do desempenho e capacidade de execução dos EPCistas, e do cenário econômico brasileiro. Qualquer alteração na percepção ou nos fatores acima descritos pode fazer com que os resultados concretos sejam diferentes das projeções apresentadas.

4.21. Projetos em Construção

A Companhia possui atualmente 6 empreendimentos em construção com um investimento total de R\$ 4.844 MM e uma RAP de R\$ 875 MM (ciclo 2020-2021). Considerando apenas a participação da Taesa nessas concessões, o montante a ser investido é de R\$ 3.206,9 MM com uma RAP proporcional de R\$ 567,5 MM. Vale destacar que 3 empreendimentos, Miracema, EDTE e Mariana, além de dois reforços da Novatrans, foram concluídos recentemente, passando a adicionar para Taesa uma RAP total de R\$ 161,0 MM – ciclo 2020-2021 (vide seção 3.1 para maiores detalhes).

Leilões	Empreendimento	Extensão/ Localização	Parceria	RAP (ciclo 2020-21) R\$ MM	Capex ANEEL R\$ MM	Assinatura do Contrato	Prazo de Conclusão ANEEL	Status
Leilão 013/2013 (Dez/13)	Mariana (Lote A)	82 km / Minas Gerais	100% Taesa	16,4	107	mai/14	mai/17	Concluído em 25/05/2020
Leilão 013/2015 (Abr/16)	Miracema (Lote P)	90 km / Tocantins	100% Taesa	67,9	276	jun/16	dez/19	Concluído em 29/11/2019
	EDTE (Lote M)	167 km / Bahia	25% Taesa 25% Apollo 12 50% ENTE	70,4	368	dez/16	dez/19	Concluído em 20/01/2020
Leilão 013/2015 2ª Parte (Out/16)	ESTE (Lote 22)	236 km / Minas Gerais e Espírito Santo	50% Taesa 50% Alupar (100% EATE- TBE)	114,4	486	fev/17	fev/22	Em andamento
	Janaúba (Lote 17)	542 km / Bahia e Minas Gerais	100% Taesa	197,7	960	fev/17	fev/22	Em andamento
	Aimorés (Lote 4)	208 km / Minas Gerais	50% Taesa 50% CTEEP	80,9	341	fev/17	fev/22	Em andamento
	Paraguaçu (Lote 3)	338 km / Bahia e Minas Gerais	50% Taesa 50% CTEEP	120,7	510	fev/17	fev/22	Em andamento
Leilão 005/2016 (Abr/16)	Ivaí (Lote 1)	600 km / Paraná	50% Taesa 50% CTEEP	299,5	1.937	ago/17	ago/22	Em andamento
Leilão 004/2018 Dez/18	Sant'Ana (Lote 12)	591 km / Rio Grande de Sul	100% Taesa	62,1	610	mar/19	mar/23	Em andamento
TOTAL		2.854 km		R\$ 1.030 MM	R\$ 5.595 MM			

Status dos Projetos

Mariana

- Licença Prévia (LP) emitida em maio de 2016.
- Licenças de Instalação e Operação (LI e LO) emitidas em dezembro de 2018.
- Emissão do Termo de Liberação Definitivo (TLD) em 20/12/2019 para o reforço de Mariana.
- Energização concluída em 25 de maio de 2020.
- Emissão do Termo de Liberação Definitivo em 8 de junho de 2020, com data de entrada em operação comercial retroativa ao dia 4 de junho de 2020.
- Concessão em operação.

Miracema

- Todas as licenças ambientais adquiridas: LI's e LP's das LT 500kV, LT 230kV, SE Palmas, SE Lajeado e SE Miracema.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDAM em setembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- O trecho LT Miracema – Lajeado (circuito 2), tensão de 500kV e 30 km de extensão, foi energizado em setembro de 2019. Energização dos demais trechos concluída em 29 de novembro de 2019.

- Emissão do Termo de Liberação Definitivo (TLD) em 1 de outubro de 2019 para o reforço, em 27 de dezembro de 2019 para as instalações de 500kV e em 18 de fevereiro de 2020 para as instalações de 230 kV e 138 kV, sendo que neste último trecho, foi emitido um Termo de Liberação de Receita (TLR) para período compreendido entre 27 de dezembro de 2019 e 7 de fevereiro de 2020.
- Concessão em operação.

EDTE

- Licença Prévia (LP) emitida em junho de 2018.
- 2ª emissão de Debêntures da EDTE em dezembro de 2018.
- Licença de Instalação (LI) emitida em janeiro de 2019.
- Energização do trecho LT 500kV Ibicoara – Poções III e da Subestação 500/230kV Poções III em 22 de dezembro de 2019.
- Última energização da EDTE referente ao trecho LT 230kV poções III – Poções II em 20 de janeiro de 2020.
- Emissão do Termo de Liberação Provisória em 20 de janeiro de 2020.
- Emissão do Termo de Liberação Definitiva em 7 de fevereiro de 2020.
- Concessão em operação.

ESTE

- Projeto básico protocolado na ANEEL e já aprovado no ONS.
- Licença Prévia (LP) emitida em janeiro de 2019.
- Licença de Instalação (LI) emitida em outubro de 2019.
- 1ª emissão de debêntures da ESTE em dezembro de 2019.
- Emitida a Ordem de Serviço de Campo (OSC) para início dos trabalhos de campo.
- Avanço físico em 45%.

Janaúba

- Projeto básico aprovado pela ANEEL/ONS para subestações e para as linhas de transmissão.
- Finalizadas as atividades de implementação de traçado / topografia.
- Licença Prévia (LP) emitida em setembro de 2018.
- Contrato de financiamento assinado junto ao BNB em setembro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em setembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- 1ª emissão de debêntures de Janaúba em janeiro de 2019.
- Licença de Instalação (LI) emitida em julho de 2019.
- 2ª emissão de debêntures de Janaúba em dezembro de 2019.
- Avanço físico em 85%.

Aimorés

- Projeto básico aprovado pela ANEEL.
- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Licença de Instalação (LI) emitida em abril de 2019.
- Avanço físico em 86%.

Paraguçu

- Projeto básico aprovado pela ANEEL.
- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Licença de Instalação (LI) emitida em maio de 2019.
- Avanço físico em 86%.

Ivaí

- Projeto básico protocolado na ANEEL.
- Protocolado EIA/RIMA junto ao IAP.
- Licença Prévia (LP) para as instalações de 230 kV emitida em setembro de 2018.
- Alteração da denominação social de Elétricas Reunidas do Brasil S.A. (ERB1) para Interligação Elétrica Ivaí S.A.
- Licença de Instalação (LI) emitida para SE Sarandi de 525/230 kV em abril de 2019, SE Paranaíba Norte - 230/138 kV em maio de 2019, LT 230 kV Sarandi - Paranaíba Norte em junho de 2019, e para SEs de Londrina de 525 kV, Foz do Iguaçu de 525 kV e Guaíra de 525 kV/230 kV e LT 525 kV Sarandi - Londrina em agosto de 2019.
- 1ª emissão de debêntures de Ivaí em janeiro de 2020.
- Avanço físico em 64%.

Sant'Ana

- Constituição da empresa Sant'Ana Transmissora de Energia S.A. em janeiro de 2019.
- Assinatura do contrato de concessão em 22 de março de 2019.
- Licenças Prévia e de Instalação (LPI) emitidas para SEs Livramento 3 e Maçambará 3, ambas de 230kV, em outubro de 2019.
- Licenças Prévias (LP) emitidas para todas as linhas de transmissão e para as 3 subestações existentes (SE Alegrete 2, SE Cerro Chato e SE Santa Maria 3) em dezembro de 2019.
- Emitida Licença de Instalação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 (C1), LT Livramento 3 – Maçambará 3 (C1), LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1), e seccionamentos LT Maçambará – Santo Ângelo (C1/C2), todas com tensão de 230kV, bem como para as ampliações nas subestações existentes de SE 230kV Alegrete 2 e SE 230kV Cerro Chato em abril de 2020.
- Emitida última Licença de Instalação para a linha de transmissão LT 230kV CS Livramento 3 – Santa Maria 3 e para a ampliação das subestações existentes associadas em novembro de 2020.
- Avanço físico em 41%.

4.22. Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ASG)

A TAESA nas atividades de implantação, operação e manutenção dos ativos de transmissão de energia elétrica, assim como em seus processos administrativos e de gestão do negócio, considera o tema Sustentabilidade um importante valor a ser cultivado e mantido como parte de sua cultura organizacional, a fim de manter a segurança e confiabilidade de seus processos, bem como a melhoria da qualidade de vida da população, com respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

A Companhia atua em diversas frentes e ações voltadas para o tema socioambiental e de governança, dando publicidade as mesmas em seu relatório socioambiental, que é uma publicação relacionada aos requisitos da Aneel. Buscando sempre a melhora contínua de seus processos, a Companhia identificou oportunidade de avançar na estratégia de comunicação de suas ações relacionadas aos temas ASG e buscar novas e melhores práticas do mercado.

A TAESA realizou um trabalho com uma consultoria especializada para avaliar a maturidade em ASG e traçou um plano de ação. A avaliação inicial da consultoria demonstrou um grau bem satisfatório de maturidade e aderência às boas práticas ASG pela TAESA. A partir desse trabalho e buscando um aprimoramento contínuo das práticas ASG, no âmbito do negócio de transmissão, a Companhia definiu um plano de ação de 4 anos (2020 a 2023).

Dentre as ações mapeadas, a Companhia tem implementado as seguintes:

- Signatário do Pacto Global da ONU comprometido com à Agenda 2030 (ODS)
- Evolução do relatório socioambiental 2020/2021 às práticas do Global Reporting Initiative
- Emissão de 4 debêntures verdes
- Elaboração de uma política de biodiversidade
- Certificação Great Place to Work – 1º lugar no Destaque GPTW Energia 2020 – Corte Geração, Distribuição e Transmissão
- Projetos de responsabilidade social
- Compromisso para a redução de combustível fóssil na frota
- Cláusulas ambientais e sociais em contratos com fornecedores
- Programa de diversidade
- Inventário de gases de efeitos estufa (GEE), estruturado com base na metodologia GHG Protocol
- Discussão do planejamento estratégico de longo prazo
- Intensificação das medidas de proteção, segurança e saúde frente a pandemia
- Disciplina financeira associada a remuneração adequada aos acionistas

Para mais informações, acesse o site de RI e o 12º Relatório de Responsabilidade Socioambiental da TAESA (2019): https://ri.taesa.com.br/wp-content/uploads/2018/11/Taesa_Relat%C3%B3rio-2019_digital_alta_site.pdf

Ainda com base no plano de ação ASG e buscando a evolução contínua na comunicação dos temas ASG, a Taesa elaborou uma tabela de indicadores ASG com a criação de página exclusiva no site de relações com investidores. O objetivo da divulgação dos indicadores ASG foi concentrar em um só lugar os indicadores divulgados nos relatórios da Companhia e facilitar o acesso aos investidores, acionistas e mercado em geral. O painel de indicadores está disponível no website de RI: <https://ri.taesa.com.br/sobre-a-taesa/indicadores-asg/>

4.23. Iniciativas para Mitigar os Impactos da COVID-19

O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Taesa. Desde então, a Companhia vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo – as pessoas – e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

Proteção da saúde dos colaboradores

- Adoção de medidas para resguardar nosso maior ativo, as pessoas, e garantir a continuidade das nossas operações;
- Comunicação frequente e atualizada para os colaboradores sobre o novo coronavírus;
- Retorno gradual dos empregados ao trabalho presencial, cumprindo todos os protocolos e orientações dos órgãos de saúde, com acompanhamento de assessoria médica especializada;
- Suspensão de viagens (exceto O&M e Implementação) e reuniões presenciais;
- Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;
- Vacinação contra a gripe influenza para o grupo de risco;
- Reforço na comunicação sobre a importância do atendimento às medidas de proteção e cuidado (Campanha “Eu cuido de você e você cuida de mim”).

Continuidade das operações e dos empreendimentos em construção

- Criação do Comitê de Superação e do Comitê de Gestão de Fornecedores;
- Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico;
- Manutenção dos altos índices de disponibilidade (99,88% em 2020);
- Todas as obras dos empreendimentos em construção estão em andamento;
- A Companhia continua trabalhando na busca do cumprimento do cronograma de entrega dos projetos;
- Manutenção dos investimentos nos empreendimentos em construção – R\$ 1,5 bi investido somente em 2020.

Preservação da saúde financeira da Companhia

- Manutenção de posição de liquidez confortável (R\$ 906 bilhão em caixa);
- Adequado perfil de dívida com custos baixos e prazos alongados;
- A mais alta nota de risco de crédito junto às agências Moody's e Fitch (AAA na Escala Nacional);
- 100% dos recursos para financiar os projetos em construção foram captados;
- Consistente geração operacional de caixa, com manutenção dos baixos níveis de inadimplência históricos da Companhia;
- Disciplina financeira associada a remuneração adequada aos acionistas;
- Monitoramento contínuo da inadimplência e dos efeitos da crise no setor elétrico.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1. Receita IFRS por Concessão

A Receita de **Remuneração do Ativo Contratual** é o resultado da multiplicação do saldo do Ativo pela Taxa Mercado. A **Correção Monetária do Ativo Contratual** é o reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários. A **Receita de O&M** é um valor anualmente ajustado pela inflação (IGP-M ou IPCA), da mesma forma que a RAP. A **Parcela Variável (PV)** é a penalidade decorrente da indisponibilidade das linhas (ver detalhe na seção 4.1). Todas as contas de receita acima mencionadas são referentes ao período operacional das concessões.

No DRE, a **Remuneração do Ativo Contratual**, a **Correção Monetária do Ativo Contratual**, a **Receita de Implementação de Infraestrutura** e a **Receita de O&M** são contabilizadas na Receita, como mostrado na tabela abaixo.

R\$ MM		4T20				
Concessão	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo C.	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	PV	
NOVATRANS	48,6	125,0	0,5	33,3	(2,3)	
TSN	19,5	50,6	1,8	62,4	(0,6)	
MUNIRAH	1,6	8,2	5,1	4,2	(0,1)	
GTESA	0,7	2,5	-	0,6	-	
PATESA	2,1	9,8	0,0	1,5	-	
ETEO	9,6	36,5	-	12,6	(0,0)	
NTE	11,6	30,8	0,1	10,3	0,0	
STE	6,9	26,3	0,2	4,1	(0,1)	
ATE	14,8	106,9	0,0	7,9	(1,2)	
ATE II	17,1	69,7	0,0	17,8	(0,7)	
ATE III	8,1	9,1	0,0	11,4	0,2	
ETAU	1,7	37,3	-	2,8	(0,0)	
BRASNORTE	5,7	4,5	-	0,6	(0,1)	
SÃO GOTARDO	0,9	1,4	-	0,2	(0,2)	
SÃO JOÃO	8,7	12,8	-	1,9	(1,7)	
SÃO PEDRO	7,6	10,9	13,5	1,5	(0,1)	
LAGOA NOVA	2,5	2,6	-	0,4	(0,0)	
MARIANA	3,1	(24,8)	38,7	0,6	(0,3)	
MIRACEMA	11,8	10,6	(0,4)	3,7	(0,4)	
JANAÚBA	-	-	270,8	-	-	
SANT'ANA	-	-	86,2	-	-	
AIMORÉS	-	-	68,5	-	-	
PARAGUAÇÚ	-	-	114,3	-	-	
IVÁI	-	-	322,3	-	-	
EATE	14,9	91,9	-	5,7	(0,0)	
EBTE	4,3	8,1	-	2,3	(0,0)	
ECTE	1,2	7,5	-	0,4	-	
EDTE	5,9	16,5	-	1,8	(0,8)	
ENTE	8,0	54,1	-	2,9	(0,3)	
ERTE	1,5	11,2	-	1,0	(0,0)	
ESDE	1,0	1,4	-	0,3	(0,1)	
ESTE	-	-	97,5	-	-	
ETEP	3,1	19,0	-	1,8	-	
ETSE	0,7	1,1	3,8	0,2	(0,0)	
LUMITRANS	0,9	6,2	-	0,4	(0,1)	
STC	1,0	1,5	-	0,7	-	
TRANSIRAPE	1,6	8,0	1,3	0,6	(0,1)	
TRANSLESTE	2,2	8,3	-	0,4	(0,0)	
TRANSUDESTE	1,3	6,2	-	0,4	-	
Total	230,3	771,8	1.024,2	196,7	(9,3)	

5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)



Concessão	Taxa Anual*	Ativo Contratual 3T20	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo C.	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	RAP	Ativo Contratual 4T20
NOVATRANS	10,3%	1.283,6	48,6	125,0	0,5	33,3	(87,6)	1.403,3
TSN	10,5%	634,1	19,5	50,6	1,8	62,4	(81,3)	687,1
MUNIRAH	11,7%	47,3	1,6	8,2	5,1	4,2	(7,2)	59,2
GTESA	11,1%	25,0	0,7	2,5	-	0,6	(1,5)	27,3
PATESA	7,7%	109,5	2,1	9,8	0,0	1,5	(4,4)	118,5
ETEO	10,4%	371,9	9,6	36,5	-	12,6	(26,3)	404,2
NTE	15,0%	321,8	11,6	30,8	0,1	10,3	(23,0)	351,6
STE	10,4%	272,0	6,9	26,3	0,2	4,1	(12,7)	296,9
ATE	9,6%	544,6	14,8	106,9	0,0	7,9	(28,8)	645,5
ATE II	8,5%	818,9	17,1	69,7	0,0	17,8	(68,8)	854,7
ATE III ¹³	6,8%	494,3	8,1	9,1	0,0	11,4	(35,3)	487,6
ETAU ³	17,5%	90,2	1,7	37,3	-	2,8	(12,4)	119,6
BRASNORTE ³	6,2%	210,1	5,7	4,5	-	0,6	(7,1)	213,9
SÃO GOTARDO ¹	5,3%	64,2	0,9	1,4	-	0,2	(1,4)	65,3
SÃO JOÃO ¹³	5,7%	583,6	8,7	12,8	-	1,9	(13,3)	593,7
SÃO PEDRO ¹³	5,7%	488,1	7,6	10,9	13,5	1,5	(10,8)	510,7
LAGOA NOVA ¹³	8,7%	114,9	2,5	2,6	-	0,4	(3,2)	117,3
MARIANA ¹³	5,8%	189,3	3,1	(24,8)	38,7	0,6	(4,3)	202,7
MIRACEMA ¹³	9,5%	546,2	11,8	10,6	(0,4)	3,7	(17,1)	554,8
JANAÚBA ¹²³	9,7%	1.305,2	-	-	270,8	-	-	1.576,0
SANT'ANA ¹²³	9,4%	115,8	-	-	86,2	-	-	202,0
AIMORÉS ¹²³	7,9%	274,0	-	-	68,5	-	-	342,4
PARAGUAÇÚ ¹²³	7,7%	402,4	-	-	114,3	-	-	516,7
IVAÍ ¹²³	7,7%	459,1	-	-	322,3	-	-	781,5
EATE ¹	6,6%	906,0	14,9	91,9	-	5,7	(32,7)	985,8
EBTE ¹	4,4%	385,3	4,3	8,1	-	2,3	(9,4)	390,5
ECTE	6,2%	76,3	1,2	7,5	-	0,4	(2,7)	82,7
EDTE ¹³	9,0%	381,2	5,9	16,5	-	1,8	(16,5)	388,9
ENTE	6,0%	535,8	8,0	54,1	-	2,9	(16,9)	583,97
ERTE	5,3%	113,6	1,5	11,2	-	1,0	(3,8)	123,6
ESDE ¹	6,6%	63,5	1,0	1,4	-	0,3	(1,7)	64,6
ESTE ¹²³	8,0%	164,6	-	-	97,5	-	-	262,1
ETEP	6,4%	193,7	3,1	19,0	-	1,8	(7,4)	210,2
ETSE ¹	5,6%	45,8	0,7	1,1	3,8	0,2	(1,1)	50,5
LUMITRANS	5,1%	67,9	0,9	6,2	-	0,4	(3,1)	72,2
STC ¹	4,9%	77,6	1,0	1,5	-	0,7	(3,7)	77,1
TRANSIRAPE	7,7%	86,8	1,6	8,0	1,3	0,6	(2,7)	95,6
TRANSESTE	10,5%	86,8	2,2	8,3	-	0,4	(4,4)	93,3
TRANSUDESTE	8,0%	66,9	1,3	6,2	-	0,4	(3,6)	71,2
Total		13.018,0	230,3	771,8	1.024,2	196,7	(556,2)	14.684,9

¹ As RAPs precisam ser adicionadas de PIS/COFINS

² em construção

³ As taxas de remuneração foram ajustadas com base no Ofício Circular CVM nº 04/2020, que trata dos aspectos relevantes do CPC 47 e CPC 48 para as transmissoras.

5.3. DRE 4T20

DRE	IFRS			Regulatório			
	R\$ mil	4T20	4T19*	Var	4T20	4T19	Var
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	-	439.443	384.008	14,4%
Operação e manutenção	175.025	157.636	11,0%	-	-	-	0,0%
Remuneração do ativo contratual de concessão	180.837	127.131	42,2%	-	-	-	0,0%
Correção monetária do ativo contratual de concessão	493.501	35.499	1290,2%	-	-	-	0,0%
Receita de Implementação de Infraestrutura	416.632	197.787	110,6%	-	-	-	0,0%
Outras receitas operacionais	5.767	7.794	-26,0%	(8.668)	250	-	-
Parcela variável	(7.683)	(6.988)	9,9%	(7.683)	(6.988)	-	9,9%
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.264.079	518.860	143,6%	423.093	377.270	12,1%	
PIS e COFINS	(74.117)	(28.768)	157,6%	(24.180)	(20.212)	-	19,6%
ISS	(147)	(45)	227,8%	(147)	(45)	-	227,8%
ICMS	(8)	(8)	-7,9%	(8)	(8)	-	-7,9%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(15.813)	(17.542)	-9,9%	(15.813)	(17.542)	-	-9,9%
Outras deduções	-	-	0,0%	-	-	-	0,0%
Deduções da receita operacional bruta	(90.085)	(46.363)	94,3%	(40.147)	(37.807)	6,2%	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.173.994	472.496	148,5%	382.946	339.463	12,8%	
Pessoal	(43.703)	(36.230)	20,6%	(43.703)	(36.230)	-	20,6%
Material	(256.851)	(183.129)	40,3%	(1.730)	(917)	-	88,6%
Serviços de terceiros	(22.495)	(20.581)	9,3%	(22.495)	(20.581)	-	9,3%
Outras despesas operacionais	(10.964)	(6.989)	56,9%	(13.008)	(23.534)	-	-44,7%
Custos e Despesas	(334.014)	(246.930)	35,3%	(80.936)	(81.263)	-0,4%	
Depreciação e amortização	(3.178)	(2.826)	12,4%	(62.623)	(49.738)	-	25,9%
Custos, Despesas e D&A	(337.191)	(249.756)	35,0%	(143.558)	(131.000)	9,6%	
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	(0)	-	0,0%	-	-	-	0,0%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	836.803	222.741	275,7%	239.387	208.463	14,8%	
Resultado de equivalência patrimonial	355.523	164.966	115,5%	31.958	50.144	-	-36,3%
Renda de aplicação financeira	5.850	22.180	-73,6%	5.850	22.180	-	-73,6%
Despesas financeiras	(198.770)	(96.393)	106,2%	(198.212)	(95.768)	-	107,0%
Empréstimos e financiamentos	29.519	9.950	196,7%	29.519	9.950	-	196,7%
- Juros incorridos	(8.351)	(3.086)	170,6%	(8.351)	(3.086)	-	170,6%
- Variações monetárias	(2)	-	0,0%	(2)	-	-	0,0%
- Variação cambial	44.968	12.620	256,3%	44.968	12.620	-	256,3%
- Ajuste ao valor justo	(7.096)	416	-	(7.096)	416	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(54.049)	(11.083)	387,7%	(54.049)	(11.083)	-	387,7%
- Juros incorridos	(16.178)	(282)	5628,6%	(16.178)	(282)	-	5628,6%
- Variação cambial	(44.968)	(12.620)	256,3%	(44.968)	(12.620)	-	256,3%
- Variações monetárias	-	(3.252)	-100,0%	-	(3.252)	-	-100,0%
- Ajuste ao valor justo	7.096	5.072	39,9%	7.096	5.072	-	39,9%
Debêntures	(172.108)	(91.387)	88,3%	(172.108)	(91.387)	-	88,3%
- Juros incorridos	(65.180)	(58.485)	11,4%	(65.180)	(58.485)	-	11,4%
- Variações monetárias	(106.928)	(27.414)	290,1%	(106.928)	(27.414)	-	290,1%
- Marcação a Mercado	-	(5.488)	-	-	(5.488)	-	-
Despesa Financeira – Arrendamento	(558)	(625)	-10,7%	-	-	-	0,0%
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(1.573)	(3.248)	-51,6%	(1.573)	(3.248)	-	-51,6%
Resultado financeiro	(192.920)	(74.213)	160,0%	(192.362)	(73.588)	161,4%	
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	999.407	313.494	218,8%	78.984	185.019	-57,3%	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(170.429)	(32.221)	428,9%	14.670	(37.273)	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	828.978	281.273	194,7%	93.654	147.746	-36,6%	
EBITDA	839.981	225.567	272,4%	302.010	258.201	17,0%	
Margem EBITDA	71,5%	47,7%	23,8 pp	78,9%	76,1%	2,8 pp	

* Devido ao impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47 contabilizado integralmente no 4T20, a Companhia procedeu com os ajustes e reclassificações do resultado de 2019 para fins de comparabilidade com o resultado de 2020

5.4. DRE 2020

DRE	IFRS			Regulatório			
	R\$ mil	2020	2019*	Var	2020	2019	Var
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão	-	0	(0)		1.727.646	1.565.807	10,3%
Operação e manutenção	676.162	607.244	11,3%	-	-	-	0,0%
Remuneração do ativo contratual de concessão	657.818	505.177	30,2%	-	-	-	0,0%
Correção monetária do ativo contratual de concessão	1.007.626	164.354	513,1%	-	-	-	0,0%
Receita de Implementação de Infraestrutura	1.523.739	752.819	102,4%	-	-	-	0,0%
Outras receitas operacionais	32.402	15.556	108,3%	(16.506)	1.212	-	
Parcela variável	(23.136)	(15.278)	51,4%	(23.136)	(15.278)		51,4%
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	3.874.612	2.029.872	90,9%	1.688.004	1.551.741		8,8%
PIS e COFINS	(245.517)	(113.663)	116,0%	(95.402)	(81.319)		17,3%
ISS	(507)	(176)	188,2%	(507)	(176)		187,8%
ICMS	(93)	(54)	71,7%	(93)	(54)		73,1%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(67.208)	(75.989)	-11,6%	(67.208)	(75.989)		-11,6%
Outras deduções	-	-	0,0%	-	-		0,0%
Deduções da receita operacional bruta	(313.325)	(189.882)	65,0%	(163.210)	(157.538)		3,6%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.561.287	1.839.990	93,5%	1.524.794	1.394.203		9,4%
Pessoal	(166.616)	(134.325)	24,0%	(166.616)	(134.325)		24,0%
Material	(922.080)	(477.662)	93,0%	(3.818)	(2.449)		55,9%
Serviços de terceiros	(72.864)	(61.580)	18,3%	(72.864)	(61.580)		18,3%
Outras despesas operacionais	(23.685)	(19.346)	22,4%	(32.395)	(42.166)		-23,2%
Custos e Despesas	(1.185.244)	(692.913)	71,1%	(275.692)	(240.520)		14,6%
Depreciação e amortização	(15.279)	(13.201)	15,7%	(242.135)	(195.210)		24,0%
Custos, Despesas e D&A	(1.200.523)	(706.114)	70,0%	(517.827)	(435.730)		18,8%
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	9.811	-100,0%	-	-		0,0%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	2.360.763	1.143.687	106,4%	1.006.967	958.478		5,1%
Resultado de equivalência patrimonial	833.942	369.812	125,5%	162.280	196.848		-17,6%
Renda de aplicação financeira	38.813	96.939	-60,0%	38.813	96.939		-60,0%
Despesas financeiras	(514.338)	(355.736)	44,6%	(511.639)	(352.667)		45,1%
Empréstimos e financiamentos	(141.054)	(28.543)	394,2%	(141.053)	(28.543)		394,2%
- Juros incorridos	(28.080)	(14.830)	89,3%	(28.080)	(14.830)		89,3%
- Variações monetárias	-	-	0,0%	-	-		0,0%
- Variação cambial	(114.958)	(15.370)	647,9%	(114.958)	(15.370)		647,9%
- Ajuste ao valor justo	1.984	1.657	19,7%	1.984	1.657		19,7%
Instrumentos financeiros derivativos	87.418	5.538	1478,5%	87.418	5.538		1478,5%
- Juros incorridos	(25.556)	(6.571)	288,9%	(25.556)	(6.571)		289,0%
- Variação cambial	114.958	15.370	647,9%	114.958	15.370		647,9%
- Variações monetárias	-	(3.910)	-100,0%	0,0%	(3.910)		-100,0%
- Ajuste ao valor justo	(1.984)	649	-	(1.984)	649		-
Debêntures	(445.834)	(315.709)	41,2%	(445.834)	(315.709)		41,2%
- Juros incorridos	(270.217)	(210.389)	28,4%	(270.217)	(210.389)		28,4%
- Variações monetárias	(175.616)	(103.014)	70,5%	(175.616)	(103.014)		70,5%
- Marcação a mercado	-	(2.307)	-100,0%	-	(2.307)		-100,0%
Despesa Financeira – Arrendamento	(2.697)	(3.069)	-12,1%	-	-		0,0%
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(12.170)	(13.953)	-12,8%	(12.170)	(13.953)		-12,8%
Resultado financeiro	(475.524)	(258.797)	83,7%	(472.827)	(255.728)		84,9%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	2.719.182	1.254.702	116,7%	696.420	899.598		-22,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(456.255)	(148.584)	207,1%	(40.391)	(131.896)		-69,4%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.262.927	1.106.118	104,6%	656.029	767.702		-14,5%
Participação dos acionistas não-controladores	-	456	-100,0%	-	329		-100,0%
EBITDA	2.376.043	1.156.888	105,4%	1.249.102	1.153.683		8,3%
Margem EBITDA	66,7%	62,9%	3,8 pp	81,9%	82,7%		-0,8 pp

* Devido ao impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47 contabilizado integralmente no 4T20, a Companhia procedeu com os ajustes e reclassificações do resultado de 2019 para fins de comparabilidade com o resultado de 2020

5.5. DRE IFRS 4T20 (Subsidiárias)

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e Transmineiras se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

DRE IFRS	R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	-
Operação e manutenção	2.796	17.562	-	-	-	-	1.360
Remuneração do ativo contratual de concessão	1.837	46.748	-	-	-	-	5.201
Correção monetária do ativo contratual de concessão	13.741	218.442	-	-	-	-	22.503
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	97.077	68.451	114.256	322.308	-	1.294
Outras receitas operacionais	1.337	646	-	-	-	-	1.244
Parcela variável	22	(813)	-	-	-	-	(133)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	19.734	379.661	68.451	114.256	322.308	31.469	31.469
PIS e COFINS	(1.050)	(21.548)	(10.046)	(17.158)	(31.977)	(1.139)	(1.139)
ISS	-	-	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(370)	(3.387)	-	-	-	-	(510)
Outras deduções	-	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(1.420)	(24.936)	(10.046)	(17.158)	(31.977)	(1.650)	(1.650)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18.314	354.725	58.406	97.098	290.332	29.819	29.819
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS							
Pessoal	(162)	(5.109)	(265)	(320)	(530)	(180)	(180)
Material	(1.021)	(46.522)	(6.609)	(7.013)	(161.451)	35	35
Serviços de terceiros	(1.161)	(4.319)	(66)	(55)	(181)	(847)	(847)
Outras despesas operacionais	(50)	(544)	(0)	(0)	(0)	54	54
Custos e Despesas	(2.394)	(56.494)	(6.940)	(7.389)	(162.162)	(937)	(937)
Depreciação e amortização	(0)	(90)	(12)	(15)	(13)	(4)	(4)
Custos, Despesas e D&A	(2.394)	(56.584)	(6.953)	(7.404)	(162.175)	(941)	(941)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	15.919	298.142	51.453	89.695	128.156	28.878	28.878
Resultado de equivalência patrimonial	-	2.272	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	65	367	36	30	3.114	64	64
Despesas financeiras	(321)	(10.542)	(3)	(3)	(36.134)	(494)	(494)
Juros incorridos	(293)	(9.945)	-	-	-	(472)	(472)
Variações monetárias e cambiais	(5)	442	-	-	-	(10)	(10)
Ajuste ao valor justo	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(23)	(1.039)	(3)	(3)	(36.134)	(13)	(13)
Resultado financeiro	(255)	(10.176)	33	28	(33.020)	(431)	(431)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	15.664	290.238	51.486	89.722	95.137	28.447	28.447
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.037)	(80.883)	(30.739)	(54.241)	(44.236)	(1.035)	(1.035)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	11.627	209.355	20.747	35.481	50.901	27.412	27.412
EBITDA	15.920	298.232	51.465	89.710	128.169	28.882	28.882
Margem EBITDA	86,9%	84,1%	88,1%	92,4%	44,1%	96,9%	96,9%

5.6. DRE IFRS 2020 (Subsidiárias)

DRE IFRS	R\$ mil	ETAU	TBE	Aímorés	Paraguaçu	Ivaí	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	-
Operação e manutenção	12.852	65.868	-	-	-	-	5.218
Remuneração do ativo contratual de concessão	5.735	172.175	-	-	-	-	20.124
Correção monetária do ativo contratual de concessão	54.694	410.390	-	-	-	-	44.946
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	287.574	210.312	304.258	670.708	-	2.362
Outras receitas operacionais	4.525	8.646	-	-	-	-	5.026
Parcela variável	(9)	(1.334)	-	-	-	-	(852)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	77.797	943.319	210.312	304.258	670.708	670.708	76.824
PIS e COFINS	(4.012)	(57.103)	(23.168)	(34.733)	(64.203)	-	(2.768)
ISS	-	-	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(1.564)	(14.070)	-	-	-	-	(2.074)
Outras deduções	-	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(5.577)	(71.174)	(23.168)	(34.733)	(64.203)	-	(4.841)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	72.221	872.145	187.144	269.525	606.504	606.504	71.983
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS							
Pessoal	(608)	(20.119)	(523)	(757)	(1.074)	-	(2.017)
Material	(1.580)	(138.244)	(82.034)	(108.966)	(379.137)	-	(1.050)
Serviços de terceiros	(4.841)	(15.147)	(244)	(238)	(524)	-	(3.183)
Outras despesas operacionais	(57)	(4.084)	(11)	(12)	(14)	-	(158)
Custos e despesas	(7.087)	(177.595)	(82.812)	(109.973)	(380.749)	(380.749)	(6.408)
Depreciação e amortização	(283)	(186)	(45)	(57)	(49)	-	(44)
Custos, Despesas e D&A	(7.370)	(177.781)	(82.857)	(110.030)	(380.797)	(380.797)	(6.452)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	64.851	694.365	104.287	159.495	225.707	225.707	65.532
Resultado de equivalência patrimonial	-	6.226	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	262	2.554	203	238	18.242	-	210
Despesas financeiras	(1.107)	(32.831)	(20)	(24)	(82.018)	-	(2.727)
Juros incorridos	(1.000)	(27.402)	-	-	-	-	(2.564)
Variações monetárias e cambiais	(38)	(2.657)	-	-	-	-	(103)
Ajuste ao valor justo	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(70)	(2.772)	(20)	(24)	(82.018)	-	(59)
Resultado financeiro	(845)	(30.277)	184	213	(63.776)	-	(2.517)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	64.006	670.313	104.471	159.709	161.931	161.931	63.015
Imposto de Renda e Contribuição Social	(21.815)	(171.227)	(48.754)	(78.036)	(66.946)	(66.946)	(2.724)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	42.191	499.087	55.717	81.673	94.985	94.985	60.290
EBITDA	65.134	694.550	104.333	159.552	225.756	225.756	65.575
Margem EBITDA	90,2%	79,6%	55,7%	59,2%	37,2%	37,2%	91,1%

5.7. DRE Regulatório 4T20 (Subsidiárias)

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e Transmineiras se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

DRE Regulatório

	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Disponibilização do sistema de transmissão	7.528	93.856	-	-	-	13.141
Operação e manutenção	-	-	-	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	-	-	-	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-	-	-	-	-	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	(1.112)	-	-	-	(110)
Parcela variável	22	(821)	-	-	-	(133)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	7.550	91.923	-	-	-	12.898
PIS e COFINS	(368)	(4.591)	-	-	-	(475)
ISS	-	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(370)	(3.387)	-	-	-	(510)
Outras deduções	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(738)	(7.979)	-	-	-	(985)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	6.812	83.945	-	-	-	11.913
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS						
Pessoal	(162)	(5.109)	(265)	(320)	(530)	(180)
Material	(8)	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(1.161)	(4.346)	(74)	(62)	(188)	(847)
Outras despesas operacionais	(50)	(730)	(0)	(0)	(0)	54
Custos e Despesas	(1.381)	(10.185)	(339)	(383)	(718)	(973)
Depreciação e amortização	(878)	(11.349)	(5)	(8)	(6)	(1.271)
Custos, Despesas e D&A	(2.258)	(21.534)	(344)	(391)	(724)	(2.244)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	4.553	62.411	(344)	(391)	(724)	9.670
Resultado de equivalência patrimonial	-	907	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	65	367	36	30	3.114	64
Despesas financeiras	(321)	(10.542)	(2)	(2)	(36.133)	(494)
Juros incorridos	(293)	(9.945)	-	-	-	(472)
Variações monetárias e cambiais	(5)	442	-	-	-	(10)
Ajuste ao valor justo	-	-	-	-	-	-
Arrendamento	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(23)	(1.039)	-	-	-	(13)
Resultado financeiro	(255)	(10.176)	34	29	(33.019)	(431)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	4.298	53.142	(310)	(362)	(33.743)	9.239
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.458)	(4.432)	568	713	18.298	(351)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.840	48.710	258	351	(15.446)	8.888
EBITDA	5.431	73.760	(339)	(383)	(718)	10.941
Margem EBITDA	79,7%	87,9%	-	-	-	91,8%

5.8. DRE Regulatório 2020 (Subsidiárias)

DRE Regulatório	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivai	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Disponibilização do sistema de transmissão	34.268	385.192	-	-	-	53.695
Operação e manutenção	-	-	-	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	-	-	-	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-	-	-	-	-	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	186	-	-	-	-
Parcela variável	(9)	(1.342)	-	-	-	(852)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	34.259	384.035	-	-	-	52.843
PIS e COFINS	(1.460)	(18.541)	-	-	-	(1.929)
ISS	-	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(1.564)	(14.070)	-	-	-	(2.074)
Outras deduções	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(3.024)	(32.612)	-	-	-	(4.002)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	31.235	351.424	-	-	-	48.840
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS						
Pessoal	(608)	(20.119)	(523)	(757)	(1.074)	(2.017)
Material	(19)	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(4.841)	(15.175)	(270)	(264)	(551)	(3.183)
Outras despesas operacionais	(57)	(4.270)	(11)	(12)	(14)	(158)
Custos e despesas	(5.525)	(39.564)	(805)	(1.033)	(1.638)	(5.358)
Depreciação e amortização	(3.486)	(45.162)	(21)	(33)	(25)	(5.070)
Custos, Despesas e D&A	(9.011)	(84.725)	(826)	(1.066)	(1.663)	(10.428)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	22.224	266.698	(826)	(1.066)	(1.663)	38.412
Resultado de equivalência patrimonial	-	3.506	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	262	2.554	203	238	18.242	210
Despesas financeiras	(1.107)	(32.831)	(15)	(20)	(82.014)	(2.727)
Juros incorridos	(1.000)	(27.402)	-	-	-	(2.564)
Variações monetárias e cambiais	(38)	(2.657)	-	-	-	(103)
Ajuste ao valor justo	-	-	-	-	-	-
Arrendamento	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(70)	(2.772)	-	-	-	(59)
Resultado financeiro	(845)	(30.277)	188	218	(63.771)	(2.517)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	21.379	239.927	(638)	(848)	(65.434)	35.896
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.245)	(24.076)	568	713	18.298	(1.676)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	14.134	215.851	(70)	(135)	(47.137)	34.219
EBITDA	25.709	311.860	(805)	(1.033)	(1.638)	43.482
Margem EBITDA	82,3%	88,7%	-	-	-	89,0%

5.9. Reconciliação do EBITDA

A reconciliação do EBITDA exclui o impacto ocasionado pela equivalência patrimonial no resultado da Companhia.

Reconciliação EBITDA IFRS

	R\$ MM	4T20	4T19*	Var.%	2020	2019*	Var.%
Lucro Líquido		829,0	281,3	194,7%	2.262,9	1.106,1	104,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social		170,4	32,2	428,9%	456,3	148,6	207,1%
Despesas Financeiras Líquidas		192,9	74,2	160,0%	475,5	258,8	83,7%
Depreciação e Amortização		3,2	2,8	12,4%	15,3	13,2	15,7%
Resultado de Equivalência Patrimonial		(355,5)	(165,0)	115,5%	(833,9)	(369,8)	125,5%
EBITDA		840,0	225,6	272,4%	2.376,0	1.156,9	105,4%
Margem EBITDA		71,5%	47,7%	23,8 bps	66,7%	62,9%	3,8 pp

* Devido ao impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47, contabilizado integralmente no 4T20, a Companhia procedeu com os ajustes e reclassificações do resultado de 2019 para fins de comparabilidade com o resultado de 2020.

Reconciliação EBITDA Regulatório

	R\$ MM	4T20	4T19	Var.%	2020	2019	Var.%
Lucro Líquido		93,7	147,7	-36,6%	656,0	767,7	-14,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social		(14,7)	37,3	-139,4%	40,4	131,9	-69,4%
Despesas Financeiras Líquidas		192,4	73,6	161,4%	472,8	255,7	84,9%
Depreciação e Amortização		62,6	49,7	25,9%	242,1	195,2	24,0%
Resultado de Equivalência Patrimonial		(32,0)	(50,1)	-36,3%	(162,3)	(196,8)	-17,6%
EBITDA		302,0	258,2	17,0%	1.249,1	1.153,7	8,3%
Margem EBITDA		78,9%	76,1%	2,8 pp	81,9%	82,7%	-0,8 pp

5.10. Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial	R\$ mil	4T20	
		IFRS	Ajustes Regulatório
Ativos			
Caixa e Equivalentes de Caixa	896.031	-	896.031
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-
Clientes	190.378	(15.102)	205.480
Ativo contratual de concessão	1.015.498	1.015.498	-
Impostos e contribuições sociais	124.355	-	124.355
Cauções e depósitos vinculados	11	-	11
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Dividendos e JCP a receber	49.978	-	49.978
Estoque	8.889	-	8.889
Outras contas a receber	74.667	-	74.667
Total do Ativo Circulante	2.359.807	1.000.396	1.359.411
Títulos e Valores Mobiliários - Não circulante	9.586	-	9.586
Ativo contratual de concessão	8.356.699	8.356.699	-
Tributos Diferidos	-	-	-
Impostos e Contribuições Diferidos	-	(29.933)	29.933
Impostos e contribuições sociais	-	-	-
Investimentos	2.952.878	1.245.790	1.707.088
Clientes	19.635	-	19.635
Depósitos judiciais	44.870	-	44.870
Instrumentos financeiros derivativos	157.169	-	157.169
Outras contas a receber	41.526	1	41.525
Imobilizado	44.744	(6.159.144)	6.203.888
Intangível	89.572	(172.373)	261.945
Direito de uso	28.934	28.934	-
Total do Ativo Não Circulante	11.745.613	3.269.974	8.475.639
Total do Ativo	14.105.420	4.270.370	9.835.050
Passivos			
Fornecedores	85.086	-	85.086
Impostos e contribuições sociais	55.157	-	55.157
Empréstimos e financiamentos	121.355	-	121.355
Debêntures	319.473	-	319.473
Passivo de arrendamento	8.911	8.911	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Dividendos e JCP a pagar	105.931	-	105.931
Taxas regulamentares	62.536	-	62.536
Outras contas a pagar	83.193	22.649	60.544
Total do Passivo Circulante	841.642	31.560	810.082
Empréstimos e financiamentos	922.669	-	922.669
Debêntures	4.857.916	-	4.857.916
Passivo de arrendamento	22.464	22.464	-
Instrumentos financeiros derivativos	47.061	-	47.061
Impostos e contribuições diferidos	763.630	682.808	80.822
Tributos diferidos	524.897	524.897	-
Provisão para contingências	44.338	2.594	41.744
Provisão para desmobilização de ativos	457	457	-
Obrigações especiais	-	(11.461)	11.461
Fornecedores	40.113	-	40.113
Outras contas a pagar	14.330	-	14.330
Total do Passivo Não Circulante	7.237.875	1.221.759	6.016.116
Patrimônio Líquido	-	-	-
Capital social realizado	3.042.035	-	3.042.035
Reserva de capital	598.736	4.229	594.507
Reserva de lucros	1.944.395	-	1.944.395
Dividendos adicionais propostos	456.035	-	456.035
Ajuste de avaliação patrimonial	(15.298)	-	(15.298)
Reserva AFAC	-	-	-
Dividendos Intercalares e Juros sobre Capital Próprio	-	-	-
Prejuízos acumulados	-	3.012.822	(3.012.822)
Resultado do período	-	-	-
Atribuído a participação dos acionistas controladores	6.025.903	3.017.051	3.008.852
Participação de acionistas não controladores	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	6.025.903	3.017.051	3.008.852
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	14.105.420	4.270.370	9.835.050

5.11. Fluxo de Caixa IFRS

Fluxo de Caixa	
	IFRS
	R\$ mil 4T20
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	2.262.927
Itens de resultado que não afetam o caixa:	
Resultado de equivalência patrimonial	(833.942)
Depreciação e amortização	8.391
Amortização de direito de uso	6.889
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	9.813
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	-
Receita de aplicações financeiras	(38.813)
Custo Implementação - provisão fornecedores	883.675
Juros, var monet e cambiais liq e mtrn sobre emprst e Financ	141.053
Juros e variações monetárias sobre debêntures	445.833
Juros passivo de arrendamento	2.697
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	(87.417)
Imposto de renda e contribuição social correntes	27.698
Imposto de renda e contribuição social diferidos	428.557
Tributos diferidos	150.115
Remuneração do ativo contratual de concessão	(657.818)
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(1.007.626)
Receita de Implementação de Infraestrutura	(1.523.739)
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-
Provisão (Reversão) para parcela variável	828
	219.121
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	(56.438)
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	1.020.557
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	5.564
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	(29.987)
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	(852.951)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	(7.498)
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	(30.151)
Dividendos recebidos das controladas	2.494
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	289.490
	341.080
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	560.201
Imposto de renda e contribuição social pagos	(42.656)
Caixa líq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	517.545
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos	2.416.706
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(41.179)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	(765.131)
Aquisição de controladas em conjunto	-
Aquisição de coligadas	-
Aumento de capital em controladas em conjunto	(221.500)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-
Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	1.388.896
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de empréstimos e financiamentos	446.218
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(250.891)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(19.005)
Captação de debêntures	723.943
Pagamento de debêntures - principal	(691.260)
Pagamento de debêntures - juros	(181.741)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	(14.942)
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	9.601
Pagamento de passivo de arrendamento	(8.712)
Aquisição de Participação de Controlada	-
Pagamento de dividendos e JCP	(1.106.182)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Aumento de capital	-
Outros	-
Caixa líq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	(1.092.971)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	813.470
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	82.562
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	896.031
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	813.469

5.12. Fluxo de Caixa Regulatório

Fluxo de Caixa	Regulatório	
	R\$ mil	4T20
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período		656.029
Itens de resultado que não afetam o caixa:		
Resultado de equivalência patrimonial	(162.280)	
Depreciação e amortização	242.135	
Amortização de direito de uso	-	
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	9.813	
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	-	
Receita de aplicações financeiras	(38.813)	
Custo Implementação - provisão fornecedores	-	
Juros, var monet e cambiais liq e mtm sobre emprest e Financ	141.053	
Juros e variações monetárias sobre debêntures	445.833	
Juros passivo de arrendamento	-	
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	(87.417)	
Imposto de renda e contribuição social correntes	27.698	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.694	
Tributos diferidos	-	
Remuneração do ativo contratual de concessão	-	
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-	
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	
Provisão (Reversão) para parcela variável	828	
		1.247.573
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) Redução no saldo de clientes	(56.438)	
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	-	
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	5.564	
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	-	
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	-	
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	(29.987)	
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	30.724	
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	(7.498)	
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	(12.170)	
Dividendos recebidos das controladas	2.494	
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	289.490	
		222.179
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		1.469.752
Imposto de renda e contribuição social pagos	(42.656)	
Caixa liq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		1.427.096
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos	2.416.706	
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(959.442)	
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	(765.131)	
Aquisição de controladas em conjunto	-	
Aquisição de coligadas	-	
Aumento de capital em controladas em conjunto	(221.500)	
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-	
Caixa liq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos		470.633
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	446.218	
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(250.891)	
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(19.005)	
Captação de debêntures	723.943	
Pagamento de debêntures - principal	(691.260)	
Pagamento de debêntures - juros	(181.741)	
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	(14.942)	
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	9.601	
Pagamento de passivo de arrendamento	-	
Aquisição de Participação de Controlada	-	
Pagamento de dividendos e JCP	(1.106.182)	
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	
Aumento de capital	-	
Outros	-	
Caixa liq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento		(1.084.259)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		813.470
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	82.562	
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	896.031	
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		813.469

Aviso Legal

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelas normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A ANEEL, enquanto órgão regulador, tem poderes para regular as concessões.

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da Taesa são meramente projeções e, como tais, baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

EBITDA:

O EBITDA é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação, amortização e receitas. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como lucro líquido alternativo. O EBITDA apresentado é utilizado pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam o EBITDA como um indicador de seu desempenho operacional.

Dívida Líquida:

A “dívida líquida” não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho financeiro.